

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

POEIRA PARA OS OLHOS

Nos últimos dias têm saído algumas notícias na comunicação social sobre pretensas divergências no seio do PSD. Divergências que no interior do PSD nunca se viram! E que pelos vistos só os comentadores ou os jornalistas que as relatam as terão visto!

A base é sempre a mesma: a entrevista do Presidente da República e a Câmara Municipal de Lisboa.

Quanto à entrevista do Presidente da República, é realmente necessária muita imaginação e grande vontade de criar factos políticos inexistentes para dela se retirar o que quer que seja contra o PSD!

O mesmo se diz em relação à Câmara Municipal de Lisboa!

O Presidente da República deu uma entrevista como quis e quando quis, sem qualquer interferência ou relação com o PSD, como não podia deixar de ser. Parece que continua a haver pessoas que não percebem que o Presidente não o é do PSD, mas sim de todos os portugueses. É claro que a posição do Presidente da República só o vincula a si e mais ninguém e as posições do PSD são tomadas com plena independência, nem outra coisa seria óbvio!

O que parece é que para alguns o óbvio não parece óbvio... ou não se quer que seja óbvio...

O PSD fará a sua oposição como sempre tem feito, antes ou depois do Presidente. Em nada inflectirá a sua posição que é clara e firme. Não é uma oposição demagógica, nem populista, concordando-se com o pouco que o Governo tem feito bem e discordando do muito que o Governo tem feito mal. Sempre apresentando alternativas, como recentemente na discussão do OE para 2007.

Na Câmara Municipal de Lisboa, o PSD mantém-se claro e firme no apoio à maioria e seu presidente. Tudo o resto são apenas tentativas de utilização do PSD por parte do CDS/PP para justificar uma aproximação ao Governo e dele retirar benesses. O PSD não vai por aí, mas compreende que o CDS/PP (ou algum dele) quer à viva força rejeitar o seu passado e aliar-se ao Governo, na vã esperança de dele receber alguns cargos em empresas públicas...

O que fica claro de tudo isto, sem qualquer suporte factual ou político, é que o PSD incomoda cada vez mais o Governo!

E de tanto o incomodar, num especial momento difícil do Governo, é necessário desviar as atenções, inventando divergências no maior partido da oposição para o fragilizar na opinião pública. É triste, mas inconsequente!

O PSD vai continuar impávido e sereno, firme na sua vontade de mostrar a má governação do PS e de demonstrar a sua capacidade de fazer mais e melhor.

Tudo o resto é apenas poeira para os olhos!

Marques Mendes no Brasil

“O PSD consegue, como nenhum outro partido, ter e comunicar uma visão de universalismo”



Destaques:

Marques Mendes no Brasil: “... em relação ao “espírito reformista” de Sócrates, é preciso fazê-las; falar delas não chega!” *Pag. 2 e seguintes*

Acusação ao Governo de interferência na ‘Operação Furacão’ e críticas ao Procurador Geral da República *Leia em “Actividades do PSD”*

O que realmente aconteceu na Câmara de Lisboa? *Leia em “Notícias locais – Lisboa”*

Marques Mendes no Brasil para reforçar dimensão internacional do Partido Social Democrata

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, desembarcou no dia 17, sexta-feira passada, em São Paulo, Brasil, no início de uma viagem – que é a primeira de uma série já planeada – que têm como objectivo reforçar a dimensão internacional do PSD, segundo o Presidente afirmou aos órgãos de comunicação.

Da sua agenda no Brasil, consta uma série de encontros com a comunidade portuguesa e com personalidades políticas brasileiras.

“Entendi que, neste novo contexto de relações internacionais (do PSD), deveria optar (para começar a série de viagens) pelo Brasil, pela sua importância estratégica e económica, bem como também pela dimensão e qualidade da comunidade portuguesa que vive no país”, afirmou Marques Mendes, referindo ainda os desafios de um período de afirmação da imagem de Portugal.

“É importante que o Estado português e as autoridades portuguesas se relacionem estreitamente com a comunidade portuguesa da diáspora. Se os políticos pensarem na comunidade portuguesa apenas na perspectiva das remessas que enviam para Portugal, ou dos votos no plano eleitoral, essa é uma visão redutora”, acrescentou o líder social-democrata.

Marques Mendes, que tinha agendado ainda para o dia da chegada, um encontro com portugueses no Município de Santos, a cerca de 70 quilómetros de São Paulo, citou como objectivos fundamentais de sua viagem ao Brasil, além do processo de internacionalização do PSD e da aproximação com os portugueses residentes no exterior, o estreitamento de laços nas áreas económica e cultural.

Com a Presidência rotativa da União Europeia (UE), no segundo semestre de 2007, e o papel desempenhado pelo PSD no bloco Popular no Parlamento Europeu, o dirigente vê ainda uma possibilidade de aproximar o Brasil do bloco continental europeu, com a força que advém de Portugal ser um membro com uma importância cada vez maior no quadro da UE.

“Se a tendência é o Brasil estreitar as relações económicas e comerciais com a União Europeia, evidentemente que Portugal é um interlocutor importante nesse processo. Portugal é hoje um país importante no quadro da UE. Não é por acaso que, hoje, um português é o presidente da Comissão Europeia”, comentou.

“O PSD consegue, como nenhum outro partido, ter e comunicar esta visão de ambição e de universalismo, e a sua capacidade de ver, pela positiva e com espírito de ambição, o fenómeno da globalização. Nós vemos a globalização como um grande desafio. Há quem veja a globalização como um problema, como uma dificuldade. Essa é a atitude daqueles que olham para a vida de uma forma resignada”, acrescentou o presidente do PSD.

Marques Mendes disse ainda que o nosso partido vê a globalização como uma oportunidade verdadeira de se obter formações portuguesas mais fortes, nos planos económico e político internacionais.

“A nossa história é a história de um país que nunca se confinou a suas fronteiras, de um país que deu novos mundos ao mundo, universalista por excelência. Agora, temos a grande oportunidade de expandir aqui (no Brasil) as nossas potencialidades”, acrescentou o dirigente, sublinhando que Portugal não se resume “a dez milhões de cidadãos que vivem no território português mas sim aos 15 ou 16 milhões de portugueses espalhados por várias partes do mundo”.

Marques Mendes preferiu não fazer comentários sobre temas actuais da política interna portuguesa, como as entrevistas do presidente Cavaco Silva e Pedro Santana Lopes, ex-presidente do PSD. “Não posso comentar porque não vi qualquer delas”, disse Marques Mendes.

Mais tarde, já em Santos, num jantar com a comunidade portuguesa, Luís Marques Mendes, reflectindo sobre a evolução a situação económica nacional e a acção do actual Governo, afirmou – a respeito do pretenso “espírito reformista” de Sócrates, que “não basta falar de reformas, é preciso fazê-las” e que “Hoje, infelizmente, Portugal não tem o espírito reformista que podia e devia ter”, disse.

Estas declarações, logo que conhecidas em Lisboa, desencadearam uma azeda resposta do ministro socialista Augusto Santos Silva, para quem aquelas declarações soaram mais “... como uma crítica ao Presidente da República do que como uma crítica ao Governo”, aludindo à entrevista concedida por Cavaco Silva à SIC, pois “o Presidente da República fez questão de apoiar o que designou de espírito reformista do governo, logo Marques Mendes estaria a “desmentir o Chefe do Estado”.



Santos Silva referiu ainda que “assistimos a uma sucessão de declarações que põem em causa a liderança do Dr. Marques”.

Resposta imediata da Direcção do PSD

A intempestiva declaração do Ministro, foi imediatamente reprovada, em Lisboa, pelo vice-presidente do PSD, Azevedo Soares, que as verberou considerando-as “abaixo do que seria razoável” num membro do governo.

“Fazer declarações deste tipo sobre a vida interna de um partido, define o nível de Augusto Santos Silva, que fica muito abaixo do que seria razoável num ministro. Não se vê ou ouve seja quem for do PSD, a falar da vida interna do PS”, disse Azevedo Soares à Agência Lusa.

“Na verdade” – disse Azevedo Soares - “este ministro, sempre que ouve o dr. Marques Mendes, fica muito nervoso, pois ele acha que, no fundo, não deveria haver oposição. Por isso, fica arrepiado com tudo o que são críticas”, afirmou Azevedo Soares.

“Além disso, não se compreende porque razão o ministro partiu, qual D. Quixote, em defesa do Presidente da República (que não precisa de defensores destes!), quando Marques Mendes se limitou a atacar o governo, como, aliás, continuará a fazer e que é parte da sua missão como líder do maior Partido de Oposição”, afirmou.

«O actual Governo de Portugal não tem vontade política para combater a corrupção e não é verdadeiramente reformista»

Antes de partir para o Brasil, o presidente do PSD tinha acusado (na terça-feira da semana passada) o Governo, de falta de verdadeira vontade política



Marques Mendes no Brasil

para combater a corrupção, desafiando o executivo PS a acolher as propostas sociais-democratas para reforçar os meios e as verbas destinadas à Polícia Judiciária. «O País precisa de um sinal firme de que o combate à corrupção não vai ficar na secretária», afirmou Marques Mendes, durante um jantar em Caneças (Odivelas), onde se comemorou o oitavo aniversário da criação daquele município.

Recordando o apelo do Presidente da República no discurso do 5 de Outubro, quando Cavaco Silva apelou ao empenho no combate à corrupção, Marques Mendes lamentou que o Governo até agora nada tenha feito. «O Orçamento de Estado para 2007 não traz nenhum sinal de reforço de meios para o combate à corrupção. O Governo parece não ter vontade política para um combate enérgico e firme à corrupção», disse o nosso Presidente.

“Por isso”, acrescentou Marques Mendes, “o PSD vai apresentar, Quarta-feira, no Parlamento, uma proposta que propõe um reforço significativo de meios e verbas para a Polícia Judiciária”, o que é uma “uma oportunidade para o Governo emendar à mão», reiterou.

Marques Mendes referiu-se ainda ao boletim económico de Outono do Banco de Portugal agora divulgado, considerando que as previsões de crescimento de 1,2 por cento para a economia portuguesa em 2006 «vêm desmentir as projecções do Governo», que aponta para um crescimento de 1,4. «Somos os piores dos 25 [estados-membros da União Europeia] em termos de crescimento económico», frisou, voltando a alertar para o facto de «Portugal se estar a afastar dos outros países europeus».

«A Europa já saiu da crise, já está a crescer e Portugal não consegue acompanhar esse crescimento», disse o líder social-democrata.

Palavras muito críticas para o Executivo de Sócrates

Na última etapa da sua viagem, Marques Mendes voltou a ter palavras muito críticas para o Governo socialista de Sócrates, afirmando, numa reunião com elementos destacados da comunidade portuguesa, que “Portugal não está a ir no Caminho certo”

“A verdade é que em Portugal, apesar do muito que tem sido feito nestas décadas, falta muito – e que este governo se comprometeu a fazer. Falta ambição, falta mobilização, falta confiança, falta um outro espírito para vencer as dificuldades, para construir um País mais próspero e mais desenvolvido.

Quando a elementos do PS que, em Portugal, tentam acusá-lo de desenvolver no estrangeiro, teses negativas em relação ao País, lembrou que não critica Portugal, mas as políticas de Sócrates, que estão a fazer muito mal à Pátria “de todos nós”.

“Tenho uma enorme dificuldade em compreender como se gasta tanto dinheiro com coisas inúteis, em Portugal, e haja tão pouco dinheiro para investir no ensino e na Educação do Português, da língua Portuguesa, no Estrangeiro.

“Depois, nunca contem muito comigo para promessas” – disse – “sobretudo depois do actual Primeiro-Ministro ter prometido ‘tudo’ antes das eleições, e estar a fazer tudo ao contrário do que prometeu, depois das eleições ganhas... em Portugal já ninguém acredita em promessas!”.

Marques Mendes, portanto, não tem poupadão críticas onde pensa que elas pertencem e mantém-se atento a tudo o que se vai passando na política interna em Portugal.

Assim, ao ter conhecimento de que a Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, tinha afirmado que a “criação artística deve ser apoiada em primeira linha pelas autarquias, Marques Mendes lembrou que esse apoio deve surgir, primeiro, do Estado “que deve dar uma prioridade – que não tem sido dada - à cultura. A dimensão cultural do nosso desenvolvimento é fundamental. Somos um País de grande cultura... mas não chega afirmá-lo! É preciso praticá-lo.”

“Somos um País que se orgulha da sua cultura. Mas isso é passado. Somos um País de cultura, que tem de se orgulhar da sua cultura presente e futura. Por isso e para isso, tem de haver outra aposta na dimensão cultural.”

“É importante termos uma sociedade mais rica e um País mais justo. Mas também é fundamental termos uma Nação mais culta.

O seu discurso perante as comunidades portuguesas, tem tido como tónica o afecto e o reconhecimento. No Rio de Janeiro, afirmou que não estava ali à “caça de votos”, até porque “as eleições ainda vêm longe. Descontraído, o líder do PSD, numa visita à escola de samba dos “Unidos da Tijuca”, ainda ensaiou uns passos de dança com uma das jovens do elenco.

– Povo Livre, fotos Arquivo PSD

Sá Carneiro foi agraciado Com a Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados 26 anos após a sua morte



O antigo Primeiro-Ministro, nosso inesquecível fundador e referência permanente do PSD, Francisco Lumballes de Sá Carneiro, vai ser galardoado a título póstumo, no dia 4 de Dezembro, 26 anos após a sua morte, com a Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados, anunciou na semana passada o bastonário da Ordem.

Sá Carneiro é a nona personalidade a ser agraciada com esta distinção, depois de Mário Soares (1989), Adelino da Palma Carlos (1991), Ângelo Almeida Ribeiro (1993), Francisco Salgado Zenha (1998), Reginaldo Óscar de Castro e Luís Martí Mingarro (2001), Rubens Approbato Machado e Jorge Sampaio (2004) e a primeira a receber o raro galardão a título póstumo

Em comunicado, Rogério Alves refere que durante a cerimónia, a realizar no Palácio da Bolsa, no Porto, será lançado um livro sobre a vida e obra do advogado e político que morreu a 4 de Dezembro de 1980, na queda do avião em que seguia, ocorrida em Camarate, nos arredores de Lisboa. Tinha apenas 46 anos de idade e as suas raras qualidades de político, Homem de Estado e reformador activista da vida nacional, estavam a caminho de atingir o auge das suas potencialidades

“Pela sua acção e mérito pessoal, Sá Carneiro contribuiu de forma relevante para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, identificando-se com os ideais da Justiça, da defesa do acesso ao Direito e da construção do Estado de Direito”, refere a deliberação do Conselho Geral da Ordem, que aprovou esta distinção.

Sá Carneiro formou-se em Direito em Lisboa, mas foi no Porto que exerceu a advocacia e se tornou “uma referência na profissão”.

Como deputado da “Ala Liberal”, ainda na vigência do Estado Novo elaborou projectos de lei que visavam restabelecer os direitos dos cidadãos e as liberdades públicas.

“Com outros eleitos da Ala Liberal, apresentou um projecto de lei que pretendia reduzir significativamente o âmbito da censura, levou à Assembleia Nacional (Parlamento) uma proposta de revisão da Constituição de 1933 e apresentou um duríssimo requerimento ao Governo, sobre a situação dos presos políticos”, destaca a deliberação da OA.

Após o 25 de Abril de 1974, foi - segundo a OA - “uma das personagens incontornáveis do processo democrático português e contribuiu, também de forma decisiva, quer enquanto deputado, quer como membro do Governo, para a implementação do sistema constitucional português vigente, com a definitiva consagração de muitas das ideias e valores por si defendidos enquanto advogado”.

O seu papel como fundador e como líder do Partido Popular Democrático/PSD, as suas funções na assembleia legislativa do pós-25 de Abril, o seu envolvimento na Aliança Democrática, que conquistou o poder com maioria absoluta e seu papel enquanto Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional são igualmente realçados pela Ordem dos Advogados. – Povo Livre, com a “Lusa”, foto arquivo PL



Acusação ao Governo de interferência na ‘Operação Furacão’ e críticas ao Procurador Geral da República



Pela voz do seu Vice-Presidente, Azevedo Soares, o PSD o vice-presidente do PSD, em conferência de Imprensa dada no Sábado, acusou hoje o Governo de ter interferido de forma “absolutamente inaceitável” no processo Operação Furacão, ao chamar o Procurador-Geral da República (PGR), Pinto Monteiro, a São Bento, para conversações com José Sócrates.

De acordo com a edição do mesmo dia hoje do semanário “Sol”, o Primeiro-Ministro chamou Pinto Monteiro a São Bento por estar “preocupado com a imagem negativa da banca” que estava a resultar deste processo.

Segundo o semanário, a reunião foi feita a coberto de um convite a Pinto Monteiro para um almoço em São Bento, no qual estiveram presentes os ministros da Justiça e das Finanças.

Durante o almoço, que teria decorrido no final da semana em que o BES, em Espanha, foi alvo de buscas num processo de branqueamento de capitais, e em que o Governo anunciou medidas fiscais mais restritivas, para obrigar a banca a pagar mais impostos e ainda na mesma altura em que o “Expresso” garantia, em manchete, que os presidentes dos quatro bancos investigados no âmbito da ‘Operação Furacão’ (BES, Millennium BCP, Finibanco e BPN) iriam ser chamados a depor, Sócrates terá pedido “celeridade e expedição no processo”

O PGR tinha desmentido a notícia do “Expresso”, mas o Governo, afinal – disse o “Sol” – estava realmente preocupado com as consequências negativas do assunto para a imagem da banca e por isso, o Governo e o PGR concordaram ser imprescindível concentrar neste processo, rapidamente e em força, os meios de investigação ao dispor do Ministério Público.

Na reunião, todos concordaram na necessidade de concluir rapidamente a ‘Operação Furacão’ (de investigação a actuações alegadamente duvidosas do sector) acrescentando que o PGR “está já a tomar medidas nesse sentido”.

Os sociais-democratas lamentam, desta forma, que o PGR tenha aceite esta reunião, considerando que tal pode prejudicar a “imagem de autonomia do Ministério Público”.

“É grave que o Governo tenha dado mais uma prova da sua vontade obsessiva de interferir no funcionamento da Justiça quando está em causa um caso concreto”, afirmou.

Para o dirigente social-democrata, “pressionar as investigações de um processo específico é absolutamente inaceitável”.

“É preocupante que o PGR tenha consentido em discutir com o poder político uma investigação concreta em curso. A imagem de autonomia do Ministério Público sai prejudicada”, alertou.

O vice-presidente social-democrata sublinhou ainda que “para o PSD, mais importante que a imagem dos bancos, é a imagem da Justiça”.

“Com almoços destes, a Justiça não sai reforçada”, lamentou.

– Fontes: “Lusa”, “Sol”, “Expresso”

OE 2007: PSD quer que Governo informe o Parlamento das vendas de património

O PSD quer que o Governo informe a Assembleia da República das vendas de património que efectuar, de acordo com uma das 12 propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2007 hoje entregues no Parlamento.

Em declarações à informação, o deputado social-democrata Duarte Pacheco disse que foi entregue uma dúzia de propostas de alteração à Comissão de Orçamento e Finanças.

Entre essas encontra-se uma que diz respeito à alienação de património.

O PSD quer que o Executivo seja obrigado a comunicar à Assembleia da República qual o património do Estado vendido e quanto rendeu a venda.

Esta era uma regra que fazia parte do orçamento do Estado para 2006, mas que não consta da proposta inicial do governo do OE para 2007, esclareceu o mesmo deputado.

Outras das alterações que o PSD quer introduzir tem a ver com o final da obrigatoriedade das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (organismo que hoje paga as reformas aos funcionários públicos).

Os sociais-democratas querem também que haja, em 2007, um reforço de verbas para a Polícia Judiciária, no valor de quatro milhões de euros, para gastar em despesas de funcionamento e de investimento.

É preciso dinheiro para viaturas, meios informáticos e comunicações, afirmou Duarte Pacheco, e para pagar a formação dos polícias e outras despesas correntes.

A bancada laranja propôs ainda a eliminação de seis artigos do orçamento do Estado para 2007 (120º, 139º, 140º, 141º, por entender “que são matérias da competência do governo e que este não tem que os meter no OE”, explicou Duarte Pacheco.

Em causa está o fim da autonomia financeira dos serviços e fundos autónomos, as comparticipações do Estado em medicamentos, o fim dos sistemas particulares de cuidados de saúde e as taxas moderadoras da saúde.

Foi também entregue à Comissão parlamentar um conjunto de propostas de alteração que já tinham sido anunciadas pelo líder do PSD no debate orçamental.

Entre elas está a sugestão de criar uma comissão técnica para avaliar a competitividade dos projectos de investimento superiores a 50 milhões de euros, a contratualização da gestão dos centros de saúde com entidades privadas certificadas, a criação de unidades locais de saúde e a contratualização com a iniciativa social e privada de actividades e equipamentos do ensino pré-primário público.

O prazo para apresentação de propostas de alteração em sede de especialidade na Comissão de Orçamento e Finanças terminou às 18:00 do dia 17, mas até à próxima quarta-feira os partidos com assento parlamentar, podem entregar outras propostas de alteração para discussão em plenário.

Duarte Pacheco garantiu à Lusa que o PSD está a preparar outras propostas de alteração ao orçamento, que deverá apresentar até essa data.





Luís Rodrigues na audição do Ministro das Obras Públicas, no âmbito do OE 2007



No debate na Especialidade do OE 2007, durante a audição do MOP, no passado dia 15, o Deputado Luís Rodrigues afirmou, dirigindo-se ao Ministro, que «A posição assumida ontem por V. Ex.^a, de forma agastada, criticando publicamente o desempenho da ANACOM e da AdC no processo da OPA da PT é apenas mais uma etapa da tentativa de ingerência do Governo nas decisões e posições das entidades reguladoras.

Não lhe fica bem vir publicamente puxar as orelhas aos Srs. Presidentes da AdC e da ANACOM, este último nomeado por V. Ex.^a

e o primeiro nomeado pelo seu colega da Economia.

Sr. Ministro, com a ingerência pública de V. Ex.^a na decisão da ANACOM e da AdC quais as garantias de isenção no processo da OPA à PT?

Sr. Ministro sabe V. Ex.^a que o Deputado que fez o encerramento do debate na generalidade pelo PS, e que é considerado o pai das SCUT, apresentou aqui estudos que defendiam a sua manutenção.

O Sr. Eng. João Cravinho engoliu um grande sapo ao vir aqui defender um orçamento que vai introduzir portagens nas SCUT, contrariando os tais estudos.

Mas o Sr. Dep. João Cravinho também veio afirmar que o Governo teria de recorrer ao endividamento porque existia sub financiamento, ou seja para a despesa prevista era preciso obter mais receitas através de desorçamentação.

Sr. Ministro, o debate na generalidade V. Ex.^a não respondeu a esta questão: A proposta de OE para 2007 no que respeita ao MOPTC prevê 1,3 mil milhões de euros de receitas próprias e endividamento.

No passado dia 30 V. Ex.^a não esclareceu nada sobre esta matéria.

Penso que passado 15 dias o Sr. Ministro já deve ter lido o orçamento e estudado os dossiers, para hoje nos poder dizer, concretamente, quais as empresas que vão recorrer a endividamento e qual o valor.

A não ser que os 1,3 mil milhões de euros sejam apenas uma parcela que alguém se lembrou de colocar ali para o que desse e viesse de uma forma puramente arbitrária.

Será para a TAP comprar a Portugalia?

Será para encontrar 30 milhões que faltam para o Metro do Sul do Tejo?

Será para a sub orçamentação das Estradas de Portugal?

Ou será para pagar os estudos do TGV, que a RAVE já veio dizer ter de recorrer a endividamento para os pagar? Para um investimento anunciado de cerca de 9 mil milhões o valor estimado dos projectos é cerca de 700 milhões. Estão previstos para 2007 só 10 milhões.

É caso para afirmar como disse uma vez um dirigente do futebol: “Está tudo tratado, só falta o dinheiro.”

Sr. Ministro, este Governo insiste em anunciar com frequência os desenhos de grandes intenções de investimentos. Mas estes desenhos deixaram de ser Planos Estratégicos e passaram a ser meras Orientações Estratégicas! Em que ficamos?

Os desenhos envolvem cerca de 15 mil milhões de euros, estando supostamente apoiados numa estratégia global para os transportes em Portugal.

Como pode explicar então que o futuro TGV não está directamente interligado com a OTA. *Ou seja, bota não bate com a perdigota!*

Após 15 mil milhões de euros, como vai transportar contentores, em vias de bitola europeia, desde o Porto de Leixões para Salamanca e daí para a U.E? E do Porto de Aveiro para a U.E.? (a linha da Beira Alta é de Bitola Ibérica)

E da Plataforma Logística de Castanheira do Ribatejo para a Galiza e para Badajoz?

A estratégia está errada.

Sr. Ministro, a utopia e o autismo político do Governo vão muito mais longe.

Na sequência das intempéries ocorridas no início do mês foi interrompida a circulação na linha do Norte e na linha do Sul. As infra-estruturas da rede convencional entraram em colapso.

Nesse mesmo dia, fugindo em real – por uma vez! – “Alta Velocidade”, o seu ministério vem falar no TGV.

Como sabe, passados 15 dias os problemas na linha do Norte estão longe de estar totalmente solucionados.

Sr. Ministro, por último, os dados do INE voltam a transmitir a realidade que V. Ex.^a não quer ver.

Mais uma vez a produção no sector da construção civil e obras públicas volta a cair, desta vez 8% no trimestre. Não vejo nada neste orçamento que contrarie esta tendência depressiva. Pelo contrário o investimento público diminui 20%.

Sr. Ministro, quero deixar uma última mensagem: o Governo está muito satisfeito com os cortes no investimento e com o aumento da arrecadação de impostos deste Orçamento.

Mas... os portugueses estão muito insatisfeitos e preocupados com a falta de dinheiro no bolso - Dep. Luís Rodrigues

Deputado do PSD pela Emigração foi à Holanda avaliar situações laborais com emigrantes portugueses



O deputado do PSD pela Emigração Carlos Gonçalves visitou no Domingo a Holanda, para fazer uma avaliação da alegada exploração de trabalhadores portugueses e das situações laborais precárias com emigrantes.

“Como deputado eleito pelo círculo da Europa vou estabelecer contactos e reunir com trabalhadores para fazer uma avaliação”, disse Carlos Gonçalves, destacando que a situação dos salários em atraso com portugueses na Holanda “é apenas uma questão pontual”.

O deputado adiantou que “há problemas sociais” em vários países da Europa devido “às dezenas de milhares de portugueses que estão a sair de Portugal e a emigrar para vários países europeus”.

“O Governo não pode esquecer este fluxo migratório significativo”, salientou, acrescentando que “é difícil o Executivo assumir que há tantos portugueses a sair do país, porque isso põe em causa o discurso político” de que os indicadores económicos estão a melhorar.

O ex-secretário de Estado das Comunidades defendeu a criação, nas representações diplomáticas, de técnicos sociais que possam dar respostas a situações semelhantes à da Holanda.

“É necessário que existam técnicos que vão ao terreno e procurem resolver as situações sociais”, disse.

Carlos Gonçalves considerou ainda que é “fundamental apoio formativo e social” aos portugueses que emigram.

O deputado adiantou que já propôs ao ministro dos Negócios Estrangeiros que durante a presidência portuguesa da União Europeia, que decorre no segundo semestre do próximo ano, seja debatida a questão da exploração de portugueses em vários países da Europa.

Questionado sobre o prolongamento desta situação há pelo menos três anos (quando PSD estava no Governo), Carlos Gonçalves referiu que na altura foi feita uma campanha, um encontro sobre o tema e a realização de acções de formação para técnicos sociais das comunidades.

“Todas as acções iniciadas pelo Governo PSD não tiveram seguimento pelo PS”, frisou.

PSD concordará com a data a escolher por Cavaco para o referendo sobre o aborto

O presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Marques Guedes, recusou-se a apontar uma data para a realização do referendo sobre o aborto, afirmando que os sociais-democratas concordarão sempre com a que for escolhida pelo Presidente da República.

“O Presidente da República decidirá a data do referendo e decidirá bem concertada”, declarou Marques Guedes, depois de se ter escusado a comentar qual a data de preferência dos sociais-democratas para a realização da consulta.

O Tribunal Constitucional (TC) aprovou por maioria a pergunta do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, aprovada em Outubro no



Parlamento.

Após a decisão do TC, o Presidente da República, Cavaco Silva, tem 20 dias para decidir se convoca ou não a consulta, que terá de ser agendada para entre 40 e 180 dias depois, período que coincide com os primeiros três meses do próximo ano.

Sobre a decisão do TC de aprovar a pergunta para o referendo sobre aborto, o líder parlamentar social-democrata considerou que “não houve qualquer surpresa”.

“Estamos perante a mesma pergunta aprovada há oito anos no Parlamento e a decisão do TC foi idêntica à que tomou em 1998”, apontou o líder da bancada social-democrata.

Marques Guedes disse ainda esperar que a campanha para o referendo sobre aborto “decorra de forma serena e não partidarizada”.

PSD volta a acusar o Governo de “pressões e ingerências” na RTP

O vice-presidente da bancada do PSD Agostinho Branquinho voltou a acusar o Governo de “pressões e ingerências objectivas” no serviço público de rádio e televisão, denunciando uma “presença avassaladora” do executivo e do PS na RTP.

“No levantamento que qualquer um pode fazer da ocupação do espaço televisivo noticioso, no serviço público, nos últimos meses, regista-se uma presença avassaladora do Governo e do PS, à revelia dos princípios de proporcionalidade e do pluralismo que a RTP está obrigada a respeitar”, acusou Branquinho, numa intervenção política no Parlamento.

Para o deputado social-democrata, “há graves retrocessos na área da informação” na RTP em relação ao período do Governo PSD/CDS e “são claros os indícios de tentativa de ingerência e de tentativa de governamentalização”.

“Não está em causa a necessidade de informar os portugueses. O que está em causa é o exagero evidente que este Governo pratica, confundindo informação necessária com propaganda enganosa”, afirmou Branquinho, acusando o executivo de “não olhar a meios” e utilizar a sua “posição de poder e disposição de dinheiros públicos”.

Retomando acusações que tem feito nas últimas semanas - e que já motivaram a sua audição pela Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) - o deputado do PSD apresentou hoje, no Parlamento, alguns exemplos.

“Começamos pela questão dos fogos florestais e da ingerência de assessores do senhor Primeiro-Ministro junto da RTP, ingerências que acabaram por ter os resultados conhecidos, criando inibições na cobertura da RTP desse enorme flagelo”, disse.

Mas, para Agostinho Branquinho, são também exemplos da “presença avassaladora” do Governo e da maioria socialista na RTP, as diferenças na cobertura dada à eleição dos líderes do PSD e do PS, às jornadas parlamentares dos dois partidos, as jornadas de trabalho dos sociais-democratas na Madeira ou o programa “Prós e Contras”.

“Membros do Governo e presidentes de institutos públicas estiveram presentes em 13 programas. O principal partido da oposição só foi convidado para quatro”, criticou.

Agostinho Branquinho sublinhou ainda que o executivo PSD/CDS-PP procurou, “de forma transparente”, criar um gabinete de comunicação.

“Mas o problema é que o Governo do PS não criou a central de comunicação, o Governo é uma central de comunicação”.



PSD propõe reforço de 4 milhões de euros para a PJ

O PSD apresentou Quarta-feira, 15 de Novembro, uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2007, que prevê o reforço de 4 milhões de euros no orçamento da Polícia Judiciária, para melhorar meios e instrumentos de combate à corrupção. «É a única proposta de alteração que contempla directamente o aumento da despesa. É uma área onde a política de contenção deve abrir uma excepção. Poupar em matéria de combate à corrupção sai financeiramente muito caro», afirmou o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes.

A proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2007 prevê o reforço de 4 milhões de euros ao orçamento da Polícia Judiciária (PJ), para dotar aquela polícia de investigação criminal de «outras condições» que lhe permitam apostar em «áreas decisivas para a melhoria da sua eficácia no combate à corrupção».

Considerando que a verba atribuída à PJ pelo Governo é «manifestamente insuficiente», Marques Guedes divulgou que, dos 4 milhões de euros, 1,2 milhões deveriam destinar-se a reforçar o orçamento de funcionamento, incluindo peritagens financeiras e informáticas e a formação especializada dos quadros da PJ, junto de polícias congéneres mais avançadas no combate à corrupção. A restante verba - 2,8 milhões de euros - deveria ser utilizada no reforço da despesa de investimento, em especial, na aquisição de meios informáticos, a fim de dotar a PJ da capacidade de «buscas e investigações na Internet e ligação a bases de dados essenciais ao seu trabalho», assim como para «aquisição de viaturas e equipamentos de comunicação».

O líder parlamentar espera agora que o Governo e a maioria PS «sejam coerentes com o discurso que têm tido de apoio firme ao combate à corrupção e juntem os seus votos para aprovar o reforço orçamental» proposto pelo PSD. «Mas um verdadeiro reforço e não um artifício contabilístico», sublinhou, considerando fundamental que do Orçamento de Estado para 2007 «saia um sinal político claro de uma nova e determinada atitude, no sentido de se combater a sério a corrupção».

Famigerada Lei das Finanças Regionais aprovada no Parlamento

A Lei das Finanças Regionais, responsável por uma acesa troca de acusações entre Governo, PSD e líder do executivo da Madeira, foi aprovada no Parlamento, apenas com os votos da maioria PS e a abstenção do CDS.

Apesar de já ter anunciado a abstenção, o CDS-PP tinha dito na terça-feira da semana passada que faria depender a sua abstenção, mais tarde, em votação final global, à aceitação, pelo Governo, de um conjunto de propostas “para manter os princípios da solidariedade e da coesão nacional” face aos Açores e à Madeira.

A proposta da Lei das Finanças das Regiões Autónomas foi aprovada em Conselho de Ministros no início de Outubro, mas a previsão de um corte das transferências do Estado para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, motivou a contestação do executivo madeirense liderado pelo social-democrata Alberto João Jardim.

Posteriormente, já na Assembleia da República, PSD, PCP e BE corroboraram as críticas ao diploma, apontando a existência de normas inconstitucionais.

A alegada inconstitucionalidade de alguns artigos já levou, aliás, o PSD a anunciar que irá pedir a fiscalização preventiva da constitucionalidade do diploma, se a proposta não for alterada durante a discussão no diploma na especialidade.

Entre outros, um dos artigos que PSD, PCP e BE alegam ser inconstitucional refere-se às transferências do Estado para a região autónoma da Madeira, pois, segundo o Estatuto Político-Administrativo da Madeira, a cada ano as transferências não podem ser inferiores às realizadas no ano anterior.

Os partidos da oposição já manifestaram a intenção de, na especialidade, apresentarem propostas de alteração, mas o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, já se mostrou pouco receptivo por se tratar da “proposta final” do executivo.

A nova proposta de Lei das Finanças das Regiões Autónomas conseguiu, entretanto, uma invulgar aliança entre o Governo da Madeira e a toda a oposição madeirense, à excepção do PS, partido do Governo da República.

Os Açores, ao contrário da Madeira, recebem mais 13,3 milhões de euros em 2007.

O Governo Regional açoriano, presidido pelo socialista Carlos César, reclama louros das negociações e o PSD/A ataca a nova lei pelos atropelos à autonomia.

Depois de alertar Lisboa que a lei criada em 1998 só seria revista se os Açores não perdessem “um euro”, Carlos César já considerou o processo



como um “momento muito importante para as autonomias” regionais.

Para Carlos César, o novo instrumento que regula as relações financeiras entre o Estado e os Açores e Madeira permitirá às ilhas “livrarem-se” do arbítrio dos governos da República na aplicação das transferências, deixando de estar sujeitas à Lei de Estabilidade Orçamental.

Leitura diferente tem o PSD/Açores, que já admitiu que a proposta pode ser inconstitucional.

“A verdade é que há uma série de prerrogativas autonómicas que são atropeladas” no diploma, alerta o presidente do PSD/A Carlos Costa Neves, apontando o exemplo do previsto Conselho de Acompanhamento das finanças públicas regionais, nomeado pelo Governo da República.

PSD considera que os descontos para aposentação, impostos às Universidades, são injustos e perigosos

O PSD apelou no dia 14 ao Governo para que, no âmbito do Orçamento do Estado para 2007, repondere a sua decisão de responsabilizar os estabelecimentos de Ensino Superior pelos descontos para a Caixa Geral de Aposentação (CGA).

Em conferência de imprensa, o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Marques Guedes, acusou o executivo socialista de se preparar para introduzir “um corte” de 13 por cento no orçamento das universidades e institutos politécnicos no próximo ano.

Ladeado pelo vice-presidente da bancada social-democrata Pedro Duarte e pelo deputado Emídio Guerreiro, Marques Guedes disse que o Governo, além de um corte de 6,2 por cento no funcionamento das universidades, quer ainda passar para os estabelecimentos de Ensino Superior “um encargo adicional de 7,5 por cento relativo a descontos para a CGA”.

De acordo com Marques Guedes, “trata-se de uma decisão insustentável e irrealista, que provocará inevitavelmente a asfíxia financeira das universidades e dos institutos politécnicos”.

“Estas medidas do Governo desmentem tudo aquilo que o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou” sobre um alegado aumento de 64 por cento das transferências do Estado para a ciência em 2007.

“Porém, a verdade é que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ensino Superior em particular descem como nunca antes tinham descido em Portugal. O discurso do Governo é desmentido pelos números”, frisou Marques Guedes.

O presidente da bancada social-democrata criticou o corte “cego e indiscriminado” previsto pelo Governo no funcionamento da generalidade dos estabelecimentos de Ensino Superior, embora compreenda a necessidade do objectivo da consolidação orçamental.

No entanto, para o líder da bancada social-democrata, a atitude “mais grave” do Governo é a de atribuir aos estabelecimentos de Ensino Superior a responsabilidade pelos encargos com a CGA, “porque foi decidida sem qualquer aviso prévio às universidades”.

“É grave porque em situações deste género o habitual é o Estado fazer compensações para manter a neutralidade financeira. Foi o que aconteceu com a introdução do IRS:

quem não pagava imposto e passou a pagar foi ressarcido para garantir a neutralidade orçamental e evitar rupturas financeiras”, sustentou.

Marques Guedes citou depois recentes declarações do ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, em que este terá afirmado que as universidades poderão utilizar os seus saldos para compensar a redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado para 2007.

“Mas que saldos têm as universidades? Pretenderá o Governo alterar a lei das propinas para que passem a servir para pagar salários? Pretende o Governo aumentar as propinas para pagar salários, ou simplesmente quer que algumas instituições do Ensino Superior fechem as suas portas?”, interrogou-se o líder da bancada social-democrata.

Depois de reafirmar o desafio ao Governo, para que proceda a alterações no Orçamento neste domínio, Marques Guedes sublinhou que o PSD “está disponível para colaborar” com o executivo nas reformas do Ensino Superior.

“O PSD entende que os estabelecimentos do Ensino Superior não devem ter a responsabilidade pelos encargos com a CGA, enquanto não tivermos uma revisão da lei da autonomia universitária, uma nova lei de financiamento do Ensino Superior e um novo Estatuto da Carreira Docente Universitária”, afirmou o líder da bancada social-democrata. – Fontes: “Lusa”, “DN”, “JN”, “Sol”





Intervenção sobre as técnicas de propaganda do Governo Socialista

Deputado Agostinho Branquinho

Assembleia da República, 15 de Novembro de 2006

(...)

Não há hoje dúvidas que estamos perante um **Governo que usa e abusa das técnicas da propaganda para promover a sua imagem**, escamotear a clara violação das promessas eleitorais e **dar a falsa ideia de estar a promover as reformas de que o País necessita**.

Os portugueses vão percebendo que **este Governo privilegia os grandes anúncios mediáticos, esbanjando dinheiros públicos**, com o objectivo de criar um País virtual bem diferente daquele em que vivemos.

Porém, a situação é bem mais grave, quando a essa estratégia mediática o Governo alia uma prática de pressão e ingerência objectivas no serviço público de rádio e de televisão. O Governo e a sua central de comunicação cultivam a máxima, segundo a qual, *seeing is believing* (ver é acreditar), ou seja, “é verdade, porque passou na televisão”.

É uma lógica que comporta um risco – e se a televisão for inconveniente e passar o que não deve?

Aqui chegados, o salto é curto. A necessidade de controlo torna-se uma premissa. E da premissa passa-se à prática.

(...)

Importa concretizar.

Começemos pela questão dos fogos florestais e da ingerência de assessores do Senhor Primeiro-Ministro junto da RTP. Ingerências que acabaram por ter os resultados conhecidos, criando inibições na cobertura da RTP desse enorme flagelo, inibições e silêncios gritantes quando comparada com os canais privados. Por muito que seja o esforço em desmentir ou criar ruído sobre esta matéria, os números concretos sobre os espaços noticiosos são esmagadores e não deixam margem para dúvidas.

Mas, podemos adiantar mais alguns exemplos em que a comparação é igualmente elucidativa.

Em primeiro lugar, a **cobertura dada à eleição dos líderes do PSD e do PS, na RTP**, em claro favorecimento do partido do Governo, com o serviço público a dar directos de enorme relevo, no seu principal telejornal, às acções de campanha do secretário-geral do PS. No caso do PSD, não houve qualquer “directo” e as notícias foram, sistematicamente, remetidas para os noticiários com menores audiências.

Segundo exemplo: **as jornadas parlamentares do PS e do PSD**. O tratamento da RTP foi, claramente discriminatório em relação ao PSD,

como tivemos oportunidade de relevar em queixa que apresentamos, e em que a ERC deu como provados os factos por nós adiantados.

A ERC determinou, aliás, à RTP a necessidade de rever os critérios adoptados para a cobertura de eventos de natureza partidária.

Um terceiro exemplo: **As jornadas de trabalho do Grupo Parlamentar do PSD, com deputados da Assembleia Legislativa da Madeira**. Essa reunião foi encerrada pelo líder do PSD. A RTP correu a convidar o Ministro que detém a tutela da Comunicação Social para fazer de comentador político das posições do PSD! Coisa que nunca aconteceu nas quase diárias aparições do Primeiro-Ministro na televisão. Inqualificável, não é? Mas foi mesmo assim que se passou.

Um quarto caso bem paradigmático do condicionamento da programação do serviço público em favor do Governo, é o **programa “Prós e Contras”**.

Membros do Governo e Presidentes de Institutos Públicos, estiveram presentes em 13 programas. Pois bem, o principal partido da oposição só foi convidado para quatro, sendo certo que nos nove programas onde o Governo se passou sem contraditório político discutiram-se temas tão “banais” como a situação económica do País, as Forças Armadas, o preço dos medicamentos, o Estado da Justiça, o desemprego, a política cultural e a sustentabilidade da Segurança Social.

A cereja no bolo, espelho de uma completa falta de vergonha e de sentido de responsabilidade, foi o recente programa sobre o Orçamento de Estado para 2007. Dos quatro convidados, um era o Ministro das Finanças, dois eram especialistas que apoiam o orçamento e o quarto um ilustre economista do Partido Comunista.

Tratou-se de um exercício do mais rematado desrespeito pela pluralidade de opiniões a que a RTP deve obedecer.

Podia continuar com mais exemplos, já para não falar das inúmeras situações, insólitas, em que a estação pública acompanha e faz reportagens de iniciativas do líder do PSD para, depois, nada aparecer em nenhum noticiário da RTP.

Há coisas fantásticas, não há?

(...)

No levantamento que qualquer um pode fazer da ocupação do espaço televisivo noticioso, no serviço público, nos últimos meses, regista-se uma presença avassaladora do



Governo e do Partido Socialista, à revelia dos princípios da proporcionalidade e do pluralismo que a RTP está obrigada a respeitar.

Nesse sentido, assume carácter de urgência, a publicitação da monitorização rigorosa e sistemática, qualitativa e quantitativa, a cargo da Entidade Reguladora.

Mas não é só no serviço público. No afã de tudo controlar e de se auto-promover, nem a figura do Senhor Presidente da República escapa ao Governo socialista.

Numa situação cujos contornos é necessário esclarecer, o Governo utilizou, com dinheiros públicos, a revista *Fortune* para veículo da sua propaganda, usando, de forma ignóbil, o papel da primeira figura do Estado.

No seu texto propagandístico, depois de reiteradas loas à excelência governativa, diz o Governo “*Cavaco Silva optou por uma eficaz gestão do silêncio, apoiando Sócrates no objectivo comum de melhorar a competitividade da economia portuguesa*”.

Denunciado o despautério, todos se apressaram a sacudir responsabilidades. Ainda vamos descobrir que a culpa terá sido do excesso de zelo socrático de um qualquer obscuro funcionário e que os custos não foram suportados por dinheiros públicos mas pelo seu magro salário.

(...)

A ingerência do Governo no serviço público de comunicação social é um assunto sério para a qualidade da Democracia.

Nos últimos três anos, tinham sido dados passos muito positivos na

defesa da independência da informação da RTP, a par de um excelente trabalho de gestão para o seu equilíbrio económico-financeiro.

Há evidentes retrocessos na área da informação e são claros os indícios de ingerência e de tentativa de governamentalização. A situação só não é mais grave porque tem havido uma resistência activa de jornalistas da RTP, que se saúdam pelo seu profissionalismo e deontologia.

Numa sociedade mediática, sabemos que, não raras vezes, a repetição de uma mentira cria, pouco a pouco, a ilusão de uma verdade. Sabemos, também, que este Governo utiliza, sem ética nem decoro, a propaganda política como estratégia de afirmação.

Não está em causa a necessidade de informar os portugueses. O que está é o exagero evidente que este Governo pratica, confundindo informação necessária com propaganda enganosa.

Sem olhar a meios, atropelando princípios de isenção e não hesitando na utilização da sua posição de poder e de disposição dos dinheiros públicos. Exige-se de todos, especialmente dos partidos da oposição, a reacção firme e a denúncia corajosa da estratégia em curso.

Em nome da verdade e da qualidade da Democracia.

Mas também na defesa de um serviço público de rádio e de televisão onde exista liberdade e independência, em que haja pluralismo e se respeite o confronto das diversas correntes de opinião.



Intervenção sobre a realização de um referendo nacional sobre a Procriação Medicamente Assistida

Deputado Carlos Miranda

Assembleia da República, 15 de Novembro de 2006

(...)

A regulamentação do exercício das técnicas de Procriação Medicamente Assistida há muito que se impunha.

A permanente evolução dessas técnicas;

O aumento da taxa de infertilidade conjugal;

A multiplicação das instituições em que a PMA se pratica;

E o avolumar das questões éticas implicadas, tornavam ainda mais premente a necessidade de tutela legal.

Era imperioso que o legislador introduzisse na Ordem Jurídica Nacional um controlo ético sobre as aventuras científicas que se vinham praticando.

Desde a primeira hora que o PSD assumiu com toda a clareza esta premência legislativa.

Desde cedo que o PSD deu sinais claros de que participaria muito activamente na elaboração dessa lei e que não delegaria a sua responsabilidade no controlo político da sua criação, necessariamente à luz dos critérios axiológico-normativos por que se rege.

Assim, chegada a hora, o PSD apresentou nesta Assembleia a sua própria iniciativa: o Projecto de Lei 176/X.

Participou activa e empenhadamente em todos as iniciativas preparatórias da discussão desta Lei.

O PSD empenhou-se em diminuir, tanto quanto lhe foi possível, a extensão dos danos éticos e civilizacionais que necessariamente adviriam da adopção das soluções defendidas pela extrema-esquerda parlamentar.

Por isso, este Grupo Parlamentar honra-se das vitórias alcançadas.

(...)

O princípio da representatividade é uma das pedras basilares do nosso sistema democrático.

O Referendo, como votação popular directa sobre determinada questão política, só é admitido pela Constituição em termos que não ponham em causa aquele princípio.

O Referendo mantém uma posição subordinada e secundária face ao Órgão Representativo por excelência



que é a Assembleia da República.

Só em situações políticas excepcionais é que se justifica chamar directamente os cidadãos a condicionar determinado processo legislativo.

Ora, desde início que o PSD deixou claro que não se demitiria da iniciativa legislativa nesta matéria;

Que não delegaria a sua responsabilidade política;

Que entendia que não se justificava uma consulta directa aos portugueses.

Que era à Assembleia da República que competia em exclusivo legislar sobre a Procriação Medicamente Assistida.

E é exactamente este o entendimento que mantém hoje.

Mas, apesar da clareza com que esta posição foi desde cedo por nós assumida, nada autorizava o PSD ou qualquer outro Grupo Parlamentar a abafar a voz daqueles que entendiam que a matéria devia ser submetida a referendo.

A "Petição Para um Referendo de Iniciativa Popular Sobre As Questões da Procriação Assistida" subscrita por quase 80.000 portugueses (78.333) constituía um acto político tão raro e tão valioso, que nos mereceu profunda vénia e respeito.

Foi responsável por um movimento de reflexão nacional e por um debate público que, até à sua entrada na Assembleia da República, se prolongou por muitos meses.

O impacto desse debate foi directamente sentido e recebido nesta Assembleia.

Perante tal grandeza política, só os representantes de todos os portugueses, reunidos em sessão plenária da Assembleia da República é que estariam legitimamente investidos para apreciar e votar aquela Petição Popular.

Mas, para aqui chegar hoje, muito teve o Grupo Parlamentar do PSD de batalhar.

Sob a influência ideológica do PS, esta Assembleia titubeou e quase caía na vergonha de escorraçar aqueles que são a razão da sua existência.

O PS, no afã de calar esta Petição, depois de ter recusado dar-lhe oportunidade para ser votada, por duas vezes ainda a vetou.

Depois de muitos sobressaltos, de todos conhecidos, a Petição foi admitida e o processo legislativo pôde, enfim, continuar;

Fez-se justiça.

A Constituição foi cumprida e aos peticionantes foi devolvido o direito de cidadania;

Finalmente, a Petição subiu a este Plenário.

(...)

A Assembleia da República legislou entretanto sobre a PMA.

Diga-se, no entanto, em abono da verdade que a Lei n.º.32/2006 está longe de constituir um modelo ou sequer de reproduzir o que o PSD havia proposto no seu Projecto.

Contém este texto a permissão da inseminação artificial com sêmen de terceiro, que não do marido ou daquele com quem a mulher viva em união de facto.

O que representa uma tentativa falhada de os beneficiários encobrirem uma infertilidade não eliminada; representa a negação da base genética da paternidade; e, em relação ao nascituro, priva-o da relação filial com o progenitor, desinserindo-o das suas raízes genéticas.

O anonimato ou quase-anonimato que lhe anda associado, constitui uma flagrante violação do n.º.3 do art. 26º da Constituição da República que consagra a garantia da dignidade pessoal e da identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica.

Também não é aceitável a moldura penal escolhida, que não garante adequada prevenção geral e especial dos crimes que andam associados a esta matéria.

Para quem, como nós, privilegia o respeito pela dignidade humana e o valor intrínseco não instrumental da pessoa, não pode manifestar a sua adesão a esta Lei.

A natureza híbrida das soluções adoptadas em torno do estatuto ético-jurídico do embrião humano desfigurou irremediavelmente esta Lei.

O PSD manter-se-á atento a tudo o que venha permitir corrigir estas entorses.

E não deixará de procurar rever as soluções jurídicas em sede Parlamentar, sem necessidade de recorrer à consulta directa aos portugueses.

(...)



Intervenção sobre a Lei das Finanças das Regiões Autónomas

Deputado Guilherme Silva

Assembleia da República, 15 de Novembro de 2006

Enganam-se os que, menos atentos e levados pela aparência do “marketing” político, em que este Governo é, aliás, exímio, privilegiando a forma para ocultar a substância, pensem que estamos hoje, num exercício de rotina, a debater, pura e simplesmente, mais uma qualquer Lei.

E o logro será ainda maior, se, suggestionados pela propaganda socialista, em que a actual maioria gasta os dinheiros públicos, apesar das restrições que impõe à Administração Regional e à Administração Local, julgarem que estamos perante uma qualquer medida séria, e necessária, à reforma do Estado.

(...)

Não é isso que acontece!

Estamos sim perante questão bem mais profunda que tem a ver com um pilar fundamental da nossa estrutura política e do próprio regime saído da Revolução de Abril.

Estamos num confronto, que o Governo e a maioria já não podem ocultar ou, sequer, disfarçar, sobre a concepção da Autonomia política regional.

Como estamos face a uma tentativa, sem precedente, de impor uma leitura constitucional da Autonomia, ferozmente centralista, que a esvazia de sentido e alcance e a desacredita perante a opinião pública.

E, como se tal não bastasse e não fosse, de per si, suficientemente grave para ambas as Regiões Autónomas, assistimos ainda à mais despidorada instrumentalização político-partidária do Estado e das finanças públicas contra a Região Autónoma da Madeira.

Senhor Ministro de Estado e das Finanças,

Confesso que tem sido para mim conflagrador ver um Professor universitário, com a carreira académica e o currículo político que Vossa Excelência tem, prestar-se, neste particular, a colaborar, não com o Primeiro Ministro, mas com o Secretário Geral do Partido Socialista, na deturpação da verdade e na negação da evidência.

Foi doloroso ver Vossa



Excelência, apressadamente, no dia em a comunicação social dava conta de sondagem em que o Partido Socialista caía 16 pontos, prestar-se à manobra de diversão que foi o anúncio público da aplicação de sanção à Região Autónoma da Madeira.

De forma patética, Vossa Excelência, ao mesmo tempo que bradava pelo cumprimento da Lei, fazia de acusador e de juiz, sem deixar de ser parte, e fazer tudo isso, ao fim e ao cabo, em causa própria.

E Vossa Excelência sabe bem porque precisou de provocar e de urdir a alegada violação dos limites de endividamento por parte da Região Autónoma da Madeira.

A razão é simples.

A justificação que o Governo apresenta para rever a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, é a necessidade de reduzir drasticamente a dotação orçamental e demais verbas para a Região Autónoma da Madeira, em virtude desta ter atingido um valor de PIB muito acima do PIB nacional.

Só que o seu Governo quer usar aquele pretexto, sem reconhecer o mérito e o sucesso da governação social democrata da Região Autónoma da Madeira.

Era preciso, pois, passar por cima dessa evidência, esquecê-la e ocultá-la!

E não vale o Senhor Primeiro Ministro assumir o seu ar puro e ingénua para, como aconteceu aqui,

nesta Câmara, aquando do debate do Orçamento do Estado, proclamar que está a fazer justiça, ao retirar de uma Região que já não precisa, para dar a outra com maiores carências, porque toda a gente percebeu que as suas motivações são puramente partidárias.

Sejamos claros!

As primeiras eleições que o Eng. Sócrates e o Partido Socialista têm de enfrentar, são as Regionais de 2008.

O Eng. Sócrates quer ganhar essas eleições a qualquer preço.

Nunca se viu tamanha instrumentalização político-partidária do Estado e das Finanças Públicas!

(...)

É a prevalência do interesse partidário sobre o interesse geral, é a falta de sentido de Estado nas relações com as Regiões Autónomas e os seus Órgãos de Governo próprio, é a provocação irresponsável da acentuação do contencioso das Autonomias, é o estimular do conflito entre as Regiões Autónomas, dividindo os portugueses e pondo em causa a coesão e a unidade nacionais.

(...)

Os atropelos à Constituição e aos Estatutos Político Administrativos das Regiões Autónomas, que esta Lei contém, revelam bem que o Eng. Sócrates e o Partido Socialista convivem mal com as Autonomias.

Está, porém, o Primeiro Ministro completamente enganado, ao tentar dividir as populações das Regiões

Autónomas.

Os Madeirenses não confundem a maioria dos portugueses com quem, conjunturalmente, governa o País com uma lógica meramente partidária, descriminando entre socialistas e não socialistas.

Sabemos bem que os portugueses têm sido sempre solidários com as Autonomias Regionais e continuarão unidos na sua defesa, reforçando assim a unidade nacional, valor indissociável do nosso destino colectivo, que este Governo e o partido que o apoia, com o seu pendor internacionalista, irresponsavelmente desprezam.

Os zigue-zagues do Governo a respeito da revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, é bem elucidativo da falta de seriedade no tratamento de matéria tão delicada.

(...)

Temos visto o que tem sido o sucessivo incumprimento das promessas eleitorais por parte deste Governo e desta maioria.

Neste particular já nada nos surpreende!

Porém, no caso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas não está em causa a mera violação de mais uma promessa eleitoral.

Trata-se de algo bem mais grave que envolve mesmo uma inadmissível desconsideração pela Assembleia da República e um desrespeito da maioria por si própria.

É que do Programa do Governo aprovado por esta Câmara, consta, nada mais nada menos, do que o seguinte, que passo a ler:

“O Governo garantirá o pleno cumprimento da Lei que estabelece as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas, quer no tocante às transferências nelas fixadas, quer no que respeita às receitas fiscais que lhes são devidas por Lei.”

Elucidativo!

Os portugueses (os do Continente, os das Regiões Autónomas e os da Diáspora) saberão, no momento próprio, dar a resposta que esta maioria merece!

(...)



Intervenção sobre a constituição de uma Comissão Eventual para a Política Energética

Deputado Miguel Almeida

Assembleia da República, 15 de Novembro de 2006



(...)

As questões energéticas e, designadamente, as opções estratégicas em termos nacionais e internacionais atingiram, nos nossos dias, muito em função da ascendência contínua dos preços do *crude* nos mercados e das restrições decorrentes das alterações climáticas, uma acuidade e uma relevância redobrada.

As opções estratégicas que Portugal adoptar agora para o sector, são decisivas para o futuro Económico e Ambiental do País.

À semelhança da Comissão Europeia, que lançou o livro verde sobre a Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura, também Portugal deve definir o seu plano de acção para as próximas décadas, sendo urgente prosseguir com um debate nacional, do qual a Assembleia da República não se pode nem deve excluir.

Nunca como agora a chamada sociedade civil sentiu tanto a necessidade de debater este tema. São vários os caminhos que podem ser trilhados. São várias as opções que podem ser tomadas. Mas o que ninguém perceberá é que numa matéria que todos reconhecem que hoje, mais do que nunca, marca a agenda política e económica do mundo inteiro, se debata e se decida sem a participação do Parlamento.

Foi por esse motivo que o Grupo Parlamentar do PSD, apresentou esta proposta de deliberação.

(...)

Portugal tem pela frente um desafio enorme, do qual depende o

futuro da sua economia. O Mundo mudou. Os combustíveis fósseis que há poucas décadas parecia ser um bem infinito, percebe-se agora que “depois de amanhã” esgotaram-se.

Temos que caminhar rápido e com passos seguros.

Temos que assegurar, a segurança do abastecimento nacional – Partindo da assumpção de que Portugal importa cerca de 85% da energia que consome – ou seja, o equivalente a € 4.000 milhões/ano de importações - e tem um dos piores níveis de eficiência dos 15 Estados-membros da UE na utilização da energia, com evidentes reflexos negativos na competitividade da economia por via da maior incorporação relativa dos custos energéticos por unidade de PIB (intensidade energética do PIB).

Urge reduzir a dependência externa de energia primária, basicamente através da promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos, do incentivo às Energias Renováveis e aos Biocombustíveis e da actuação no lado da procura energética, promovendo a utilização racional da energia, onde existe um **potencial de poupança de 60%**.

Subscrevemos o protocolo de Kyoto e temos que implementar os mecanismos para o concretizar.

O compromisso, firmado no quadro do Protocolo de Kyoto sobre as Alterações Climáticas, de, até 2012, não aumentar as suas emissões de Gases com Efeito de Estufa para além de 27% relativamente a 1990, já se sabe que não vai ser possível cumprir. De acordo com projecções apresentadas em Fevereiro deste ano pela Agência Europeia do Ambiente, Portugal deverá vir a atingir um nível

de acréscimo de emissões de 42,2%. Índice este que, multiplicadas as correspondentes toneladas pelos valores que têm vindo a ser praticados no mercado de emissões, colocará o nosso País no constrangimento de ter de pagar anualmente várias **Centenas de Milhões de EUROS** para poder continuar a produzir.

Em 2005 o Governo aprovou uma Estratégia Nacional de Energia, que mantém no essencial o aprovado em 2003, e que merece nas suas grandes linhas total apoio, mas que traça vastos e ambiciosos objectivos que merecem mais que o consenso a força política que este Parlamento pode emprestar a algumas das corajosas decisões que tem de ser tomadas.

Por tudo isto, parece-nos evidente a necessidade de envolver o Parlamento neste debate. Aliás, já foi aprovado na Comissão de Economia, a realização de um colóquio intitulado “Energia 2020- Metas e Políticas” que deverá servir como ponto de partida para o trabalho desta Comissão Eventual.

Pelo que propomos, que os trabalhos da Comissão, a ser aprovada, se iniciem imediatamente a seguir à realização do referido colóquio.

Para terminar, permita-me senhor Presidente, que com a devida vénia, use uma citação de V. Exa. no encerramento do Colóquio sobre as alterações Climáticas **“O nosso intuito e o nosso objectivo é o de colocar a Assembleia da República na agenda da discussão, não apenas da rotina política, mas também dos grandes temas nacionais.**

AGENDA PARLAMENTAR

TERÇA-FEIRA, DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2006

Votação do OE – 2007 na Especialidade em Comissão

QUARTA-FEIRA, DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006

Votação do OE – 2007 na Especialidade em Comissão

QUINTA-FEIRA, DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2006, 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Discussão conjunta:
PPL n.º 101/X (GOV)
PPL n.º 322/X (BE)
PPL n.º 326/X (PSD)

(Aprova as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social)

PPL n.º 102/X (GOV)

(Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de Segurança Social)

SEXTA-FEIRA, DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2006

COMISSÕES

Intervenção no debate sobre Lei de Finanças das Regiões Autónomas

Deputado João Bosco Mota Amaral,
Assembleia da República, 15 de Novembro de 2006



(...)

A Autonomia dos Açores e da Madeira é uma das mais profundas transformações institucionais derivadas da Revolução do 25 de Abril.

Foi, talvez por isso, uma das mais difíceis de levar a cabo. Estruturar os dois arquipélagos como Regiões Autónomas não afectou apenas a organização político-administrativa deles e o conteúdo da cidadania das suas populações: — alterou também profundamente a própria estrutura do Estado Português, vibrando uma machadada decisiva nas tradições e práticas de um centralismo ancestral, aliás de perversas consequências.

Pôr de pé órgãos de governo próprio democrático nos dois arquipélagos foi tarefa simples, bastando para tal que se realizassem eleições livres, por sinal convocadas para o mesmo dia da primeira eleição do Presidente da República, 27 de Junho de 1976.

Organizar a Administração Regional já foi mais complicado... Sobretudo porque era necessário transferir competências e serviços até aí no âmbito da Administração Central — e ceder poder não é coisa que o centralismo da capital ainda hoje aprecie, muito menos naquela altura, quando tão vivos estavam os traumatismos do fim do império colonial.

Quanto à Autonomia financeira, instrumental para operacionalizar a Autonomia política e a Autonomia administrativa, em serviço das necessidades das populações, tudo foi mais difícil ainda.

A Constituição dispôs sobre a matéria em termos muito genéricos. Os recursos financeiros cobrados em cada uma das Regiões Autónomas eram escassos, correspondendo ao lamentável estado de subdesenvolvimento em que se encontravam. Face ao atraso patente, as necessidades eram enormes e as expectativas acalentadas por Açoreanos e Madeirenses muito elevadas. A dinâmica da Autonomia não consentia, porém, hesitações nem paragens. Aliás, todo o País se equipava e progredia e seria inaceitável deixar ficar para trás os Açores e a Madeira.

Ao fim da primeira década de vigência, a Autonomia de ambas as Regiões tinha atingido altitude de cruzeiro. Quase tudo o que havia para regionalizar tinha sido regionalizado, nomeadamente os serviços de saúde e de educação. Mais de dois terços das despesas e quase três quartos do

funcionalismo regional correspondiam a estes serviços, cujos padrões decorrem de leis gerais da República e exprimem afinal direitos de cidadania, iguais em todo o País. E era do remanescente que saía tudo o mais que havia que fazer na agricultura, nas pescas, no comércio, na indústria, na energia, no turismo, nas comunicações e transportes, terrestres, marítimos e aéreos, na cultura, na comunicação social, no apoio às comunidades de emigrantes espalhados pelo mundo, sei lá que mais...

Bem se reclamava, em sintonia, de Ponta Delgada e do Funchal para Lisboa, um novo arranjo financeiro, que tivesse em conta a dimensão de Estado da Autonomia insular. Na falta do desejado novo esquema, estável, de repartição dos recursos financeiros públicos entre o Estado e as Regiões Autónomas, persistiam negociações anuais, desgastantes para ambas as partes. E a insuficiência da parcela atribuída aos Governos Regionais tinha por consequência, em fase de acelerado investimento em infra-estruturas, o crescimento da dívida.

É de justiça referir que foi no tempo de Governo do PS, liderado pelo Primeiro-Ministro António Guterres, imbuído de um ideário personalista, que foram dados passos decisivos no sentido de uma alteração qualitativa da atitude do Poder Central quanto à autonomia financeira regional. Ajudou muito também a eleição de Carlos César para Presidente do Governo Regional dos Açores em Outubro de 1996, por vincular o PS às responsabilidades directas da governação insular. E ainda a escolha de António Luciano Sousa Franco para Ministro das Finanças — o único que até agora cumpriu em tal cargo um mandato de legislatura completo — profundo conhecedor dos problemas financeiros das Regiões Autónomas, acompanhados em pormenor ao longo do seu notável desempenho como Presidente do Tribunal de Contas.

O primeiro sinal surgiu logo na revisão constitucional de 1997, com a introdução, denodadamente promovida pelo então Deputado José Manuel Medeiros Ferreira, da figura da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, da competência reservada da Assembleia da República, elevada à categoria de lei orgânica.

Sem perda de tempo, um Grupo de Trabalho, com decisiva participação dos Governos Regionais e presidido pelo académico que mais sabe sobre Finanças Regionais, o Professor Eduardo Paz Ferreira, promoveu um amplo processo de diálogo, que envolveu as forças vivas dos dois arquipélagos, e



no qual a longa experiência directa do Presidente Alberto João Jardim se revelou fundamental.

A proposta do diploma daí resultante, vivamente debatida neste Parlamento e nele melhorada, veio a transformar-se, mediante aprovação por unanimidade, na Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro.

O novo diploma foi saudado, em ambas as Regiões Autónomas — que por ele tanto tinham lutado unidas (A união faz a força!) e com tão bons argumentos de justiça e de solidariedade — como um marco histórico na consolidação da Autonomia Constitucional.

Gostaria de analisar aqui o conteúdo desta lei, as suas inovações e os seus limites. O tempo regimental, porém, não me consente.

Limito-me a assinalar que aliviado o sufoco financeiro do período anterior, beneficiando ainda por cima de quantiosos recursos provenientes da União Europeia, reforçados em função do conceito de ultraperiferia, as Regiões Autónomas aceleraram o seu processo de desenvolvimento. Tomando por base as infra-estruturas essenciais realizadas no período anterior, os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, secundados pelo Poder Local democrático e ambos estimulando a iniciativa privada, têm levado a efeito uma missão de progresso geral e de melhoria do bem-estar de Açoreanos e Madeirenses, de evidente ressonância nacional.

(...)

A Assembleia da República deve avaliar positivamente a Lei de Finanças das Regiões Autónomas em vigor, congratulando-se com os resultados dela derivados. Muito bem se legislou, em 1998, por iniciativa do Governo então em funções, da responsabilidade política do PS, mas com o envolvimento

de todos os partidos parlamentares e o seu voto unânime!

Assim nos comprometemos todos, em nome do Estado e da Nação Portuguesa, para darmos a indispensável dimensão e viabilidade financeiras à Autonomia Insular. Em face dos sucessos obtidos, a conclusão é que fizemos a aposta certa e valeu a pena!

E tão prioritária se configura a tarefa do desenvolvimento das ilhas portuguesas do Atlântico, que mesmo apesar dos apertos derivados do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que assegura a participação de Portugal na moeda única europeia e nas enormes vantagens daí decorrentes, a primeira opção do Estado foi respeitar integralmente os compromissos assumidos com as Regiões Autónomas.

Assim, reconhecendo a justeza das reclamações feitas pelos responsáveis insulares, tanto em 2003 como em 2004 e mesmo em 2005, as faculdades limitativas previstas na Lei de Estabilidade Orçamental nunca foram accionadas. Só em 2006 tal veio a acontecer, implicando o congelamento das transferências do Estado no valor do ano precedente.

Do que se trata, agora, porém, já não é da suspensão de alguns preceitos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, por grave motivo de salvação pública, que é sempre a lei suprema, embora imperioso se torne demonstrar sempre a sua existência e o seu concreto conteúdo, conforme até determina a Lei de Estabilidade Orçamental.

Com a Proposta de Lei n.º 97/X, o que o Governo pretende é substituir a Lei n.º 13/98, em vigor, revogando-a integralmente, para não deixar lugar a dúvidas e substituindo-a por um outro diploma, inspirado por objectivos



diferentes.

Ora, para o PSD, a lei em vigor, sendo boa e mesmo muito boa, não é perfeita e pode por isso ser, nos devidos termos, aperfeiçoada. Temos de resto alertado a opinião pública e o Governo para a insuficiência dos recursos financeiros atribuídos às Regiões Autónomas, face ao novo patamar de necessidades públicas decorrentes do avanço do desenvolvimento insular.

É que à medida que as Regiões Autónomas investem em infra-estruturas e em equipamentos colectivos, aumentam logicamente os custos da respectiva manutenção. No caso dos Açores, com a dispersão por nove ilhas, este problema é seriíssimo. Basta pensar nos aeroportos e sobretudo nos portos, submetidos a condições de mar notoriamente duras a até mesmo algumas vezes assustadoras, no quadro global da mudança climática. Na Madeira é a orografia que mais castiga, tornando o rasgar de estradas e a sua conservação numa verdadeira aventura.

Por outro lado, os novos serviços de apoio às populações, nomeadamente transportes, energia, educação e mais ainda saúde, num quadro de dispersão arquipelágica, têm custos em crescimento exponencial. Há urgentes desafios ambientais e energéticos a enfrentar. A população é jovem, as carências habitacionais são muitas. O escape demográfico da emigração praticamente desapareceu. A diversificação da economia não é fácil, a criação de empregos também não. Surgem problemas novos, como a insegurança e a droga, requerendo acção urgente dos poderes públicos, para atalhar o seu agravamento.

Como se tudo isto não bastasse, não têm faltado catástrofes naturais, de vários tipos, com destaque para as crises sísmicas nos Açores, de periodicidade já calculada.

Os responsáveis regionais não se têm atemorizado — honra lhes seja! — perante a magnitude dos problemas da governação insular. E têm vindo a ensaiar soluções criativas para que o processo de desenvolvimento não sofra

qualquer frustrante travagem. Reflexo disso é o crescimento da dívida pública regional, agora indirecta, por interpostas entidades adrede instituídas, reclamando já medidas adequadas, antes que o problema se complique.

Perante este elenco de questões tão complexas e tendo em conta as suas graves implicações nacionais e externas, o que razoavelmente se deveria esperar do Governo da República era a aproximação e o diálogo com os Governos das Regiões Autónomas, num esforço de consensualização e acerto sobre as soluções a adoptar.

A Proposta de Lei do Governo segue por outro caminho e vai contra o consenso parlamentar que originou e suporta a Lei n.º 13/98.

A um diploma de rasgada visão solidária e nacional, proveniente de árdua consensualização entre o Governo da República e os Governos das Regiões Autónomas, catalizador do apoio unânime do Parlamento, por ter em conta os problemas então identificados, pretende-se agora opor um verdadeiro *diktat*, sem quaisquer lampejos de grandeza, que faz tábua rasa da nova dimensão das questões regionais e até parece inspirado pelo maquiavélico propósito dividir para reinar, porque vai dividir o Parlamento e também o País.

Ora, em matéria tão melindrosa de estruturação do Estado democrático, a boa tradição da Constituição de Abril é o consenso parlamentar alargado, que no domínio da Autonomia logrou já tornar-se unânime. Embora como tal não seja formalmente qualificada, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas é uma verdadeira *lei de regime* e como tal não pode nem deve ficar na disponibilidade de uma qualquer maioria, mesmo absoluta, sempre circunstancial.

Objectivos como fazer a solidariedade nacional funcionar nos dois sentidos, responsabilizando as regiões mais ricas, como é o caso da Madeira, dentro das suas possibilidades; ou, reforçar os apoios aos Açores, reconhecendo as especiais dificuldades da sua peculiar configuração geográfica, muito extensa e dispersa — são razoáveis e têm o meu apoio pessoal e o apoio do PSD. Seria perfeitamente possível encontrar enquadramento para

eles numa revisão dialogada da lei em vigor, que trouxesse todas as partes à mesa das negociações, em vez de as hostilizar, ignorando as posições respectivas.

(...)

Um debate legislativo de generalidade não pode confinar-se a questões prévias e prejudiciais, sobre as quais abundam sempre pareceres para todos os gostos. O PSD já se pronunciou sobre esses temas, em diversas ocasiões e dispense-me, por isso, de repetir aqui o seu argumentário. É preciso analisar agora o fundo das propostas, a sua substância, conveniência e oportunidade, sobretudo a sua conformidade com o bem comum e o interesse nacional. E é quanto a estes pontos que marcamos a nossa discordância e a nossa diferença.

Para o PSD muito mais prático e simplificador seria determinar as receitas fiscais das Regiões Autónomas segundo um princípio geral de capitação sobre a tributação nacional. Há para tal abertura na Constituição (artigo 227.º, n.º 1, alínea j) — dispor (...) de uma participação nas receitas tributárias do Estado, estabelecida de acordo com um princípio que assegure a efectiva solidariedade nacional (...). O aumento das receitas próprias assim determinado facilitaria a gestão da dívida regional e tornaria razoável uma redução das transferências orçamentais. Com a solução proposta pelo Governo para o IVA, eliminando um esquema que vem já do consulado do Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, caminha-se exactamente no sentido oposto.

Discordamos também da ostensiva e mesmo acintosa dessolidarização do Estado em relação à dívida pública das Regiões Autónomas. Trata-se de um sinal de separação e de ruptura, que remete cada uma delas para um *rating* próprio, presumivelmente menos favorável do que aquele a que têm acesso no quadro da República Portuguesa.

Notamos a falta, na presente proposta do Governo, das declarações enfáticas da Lei n.º 13/98 sobre a garantia de recursos suficientes às Regiões Autónomas, a co-responsabilização para o desenvolvimento, a convergência real das economias e a coesão social. Parece até que agora a única motivação é a do equilíbrio orçamental, esquecendo a sábia recomendação presidencial, tão aplaudida noutras eras: “Há mais vida além do Orçamento!”

Verificamos a proclamação de um extenso elenco de princípios; mas lamentamos a significativa ausência: do princípio da compreensão para com as peculiares dificuldades de desenvolvimento derivadas da insularidade; do princípio do compromisso nacional para ajudar a dar-lhes solução; do princípio da coerência das posições políticas do Estado e dos partidos, como pessoas de bem. A este respeito, julgamos particularmente reprovável alterar as regras do apoio financeiro do Estado no meio de uma legislatura regional, dificultando ou

impedindo mesmo a realização de compromissos de desenvolvimento, legitimamente sufragados pelos eleitorados insulares.

E nem se diga que algumas das limitações constantes da proposta do Governo transitam já da Lei de Estabilidade Orçamental, pois esta rege uma situação transitória, a superar com a desejada consolidação financeira, prometida para 2008, enquanto a Lei de Finanças das Regiões Autónomas é um diploma estruturante com alargada estabilidade, só se antevendo a sua revisão em 2014.

E quanto à previsibilidade de recursos disponíveis pelas Regiões Autónomas, que se afirma ficar assim garantida, tenha-se em conta que é atingida em baixa, relativamente aos valores anteriormente praticados — e resta saber se a Lei de Estabilidade Orçamental não poderá mais ser invocada para determinar ainda maiores reduções.

A propósito da recolha de informações e da reconfiguração do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, ressalta a desvalorização do princípio da confiança nas instituições democráticas regionais, para o exercício de cujas competências se prevêm formas de controle inapropriadas, senão mesmo vexatórias.

É que as Regiões Autónomas não são possessões portuguesas, para as quais de Lisboa se possa determinar o que apetecer, mas sim a própria organização do Estado Português nas longínquas ilhas do Atlântico, *Portugal ai*, prolongando-se e reinventando-se no meio do mar, no histórico protagonismo dos povos insulares. E os Governos Regionais não são entidades hierarquicamente subordinadas ao Governo, mas sim, no domínio das suas competências, exercendo o poder executivo que a Constituição lhes confere, o Governo Português de cada um dos arquipélagos, estabelecidos ao abrigo dos respectivos Estatutos Político-Administrativos, que são actos do Parlamento, o poder supremo na República.

É por tudo isto que estamos em profundo desacordo com a Proposta de Lei do Governo!

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas é, porém, matéria da competência reservada da Assembleia da República e envolve, por isso, maximamente, as suas responsabilidades constitucionais e nacionais. As Regiões Autónomas, como parcelas importantes do Estado e do Povo Português, necessitam e merecem respostas justas aos problemas que enfrentam. A Proposta de Lei do Governo não satisfaz, como se demonstrou, tais objectivos. Por isso, no entendimento do PSD, tal como está, não pode ter aprovação na generalidade. Apelamos ao Parlamento para que, numa missão patriótica, visando o máximo consenso e em diálogo com as Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, dê ao País a necessária revisão desta lei fundamental.





Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre o encerramento do serviço de urgência do Hospital D. Luiz I, no Peso da Régua (CHVRPR)
RICARDO MARTINS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre o troço da EN 238 entre Fundão e Tomar
RIBEIRO CRISTÓVÃO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a EN 351 Isna de Oleiros - Pontão de Laranjeiro (IC 8)
RIBEIRO CRISTÓVÃO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a Ligação da A 23, em Castelo Branco, a Portalegre
RIBEIRO CRISTÓVÃO / JORGE COSTA

Requerimento ao Governo

Sobre a atribuição das receitas do IVA à Região Autónoma dos Açores; capitação
MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre o estado de desleixo e abandono da Marina do Parque das Nações; obras de recuperação
PEDRO QUARTIN GRAÇA

Requerimento ao Secretário de Estado do Turismo

Sobre o apoio a provas de desporto motorizado em Portugal
AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre o contrato Programa celebrado entre a EP - Estradas de Portugal, e a Câmara Municipal de Almodôvar/Beneficiação do CM 1196, no troço entre Santinha e Santa Clara a Nova
LUÍS RODRIGUES

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a gestão dos Resíduos Industriais Perigosos ; RIP
JOSÉ EDUARDO MARTINS / MIGUEL ALMEIDA

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre o tratamento das águas residuais industriais no complexo de Matosinhos
JOSÉ EDUARDO MARTINS / MIGUEL ALMEIDA

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a discussão em torno da Proposta de Alteração ao Estatuto da Carreira Docente
EMÍDIO GUERREIRO

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre o plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
EMÍDIO GUERREIRO

Requerimento ao Governo

Sobre as transferências financeiras do Estado para a Região Autónoma dos Açores
MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre os cuidados de Saúde no Norte do País
AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministro da Presidência

Sobre a Proposta de Lei nº 92/X
MIGUEL RELVAS / JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Requerimento ao Ministério da Cultura

Sobre a Recuperação do Mosteiro de Santa Maria de Seça
MIGUEL ALMEIDA

Requerimento ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sobre as alterações dos quadros da função pública em geral
PAULO PEREIRA COELHO

Requerimento ao Governo

Sobre a situação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica na Região Autónoma dos Açores
MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre a esquadra da PSP do Bairro do Lagarteiro, no Porto
AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA

Requerimento ao Governo

Sobre o encerramento de esquadras da PSP na Região Autónoma dos Açores
MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a actual Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira anda a tentar “vender” a ideia de que, para salvar os mouchões do Tejo, e em face da escassez de recursos financeiros dos proprietários e do Estado, a salvação dos mouchões reside na sua utilização turística.
PEDRO QUARTIN GRAÇA

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a localização da ETAR de Santo Isidro de Pegões - Montijo
LUÍS CARLOTO MARQUES



Requerimento ao Governo

Sobre o “faz-que-anda-mas-não-anda” do processo de nomeação de um administrador açoreano para a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)

MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a decadência da MATA NACIONAL DE VALE DE CANAS está a provocar a degradação de uma importante ZONA VERDE e de um expoente grande valia no âmbito de EDUCAÇÃO AMBIENTAL, o que provoca uma enorme frustração nos seus cada vez mais numerosos utentes e visitantes - situação que está a despertar um movimento crescente de “solidariedade para preservação” de Autarquias, Autoridades, Grupos de Cidadãos.

MIGUEL QUEIROZ

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre os planos de Acção Sectoriais no âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)

JOSÉ EDUARDO MARTINS

Requerimento ao Ministério Administração Interna

Sobre o reconhecimento do legítimo herdeiro ao “trono de Portugal”

NUNO DA CÂMARA PEREIRA

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre o prédio Coutinho, em Viana do Castelo

JOSÉ EDUARDO MARTINS / LUÍS CAMPOS FERREIRA

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre o estado de conservação do Túnel sobre o Ribeiro do Barranco do Olheiro na localidade de Abela - Santiago do Cacém

LUÍS CARLOTO MARQUES

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre as consequências das cheias na estrada nacional n.º390, no Concelho de Santiago do Cacém

LUÍS CARLOTO MARQUES

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre o serviço aéreo Lisboa/Vila Real/Bragança

RICARDO MARTINS / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre a instalação de Força Policial na Freguesia de Moreira, concelho da Maia

MIGUEL SANTOS / JORGE COSTA / AGOSTINHO BRANQUINHO

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a cópia de Estudo da A.R.S. Norte sobre encerramento de Maternidades

FERNANDO SANTOS PEREIRA

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a anulação da autorização para deposição de Resíduos Industriais Banais (RIB) no aterro de Sermonde, em Vila Nova de Gaia

AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a gestão do Rio Mondego

MIGUEL ALMEIDA

Requerimento ao Ministério da Defesa Nacional

Sobre a EH - 101 Merlin - Missões desempenhadas na Região Autónoma da Madeira 2006-11-13 HENRIQUE ROCHA DE FREITAS (PSD) / CORREIA DE JESUS (PSD)

Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Sobre a estrada de ligação entre as localidades de Santa Catarina e Alcáçovas (Álcaçer do Sal - Viana do Alentejo); obras de conservação e reabilitação

LUÍS RODRIGUES

Câmara Municipal de Lisboa

Sobre conclusão do Eixo-Norte-Sul e Av.ª Santos e Castro e Eixo Central

PEDRO QUARTIN GRAÇA

Câmara Municipal de Lisboa

Manifesto público dos moradores do Bairro Alto em virtudes dos constantes e diários atropelos ao seu direito ao sossego, ao descanso e a segurança

PEDRO QUARTIN GRAÇA

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

A actual Presidente da Câmara Municipal da Vila Franca de Xira anda a tentar “vender” a ideia de que, para salvar os mouchões do Tejo, a salvação dos mouchões reside na sua utilização turística.

PEDRO QUARTIN GRAÇA

Câmara Municipal do Montijo

Localização da ETAR de Santo Tirso de Pegões - Montijo

LUÍS CARLOTO MARQUES

Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Estado de conservação do Túnel sobre o Ribeiro do Barranco do Olheiro na localidade de Abela - Santiago do Cacém

LUÍS CARLOTO MARQUES

Câmara Municipal de Porto de Mós

Plano Director Municipal (PDM) de Porto de Mós, Freguesia de Alqueidão da Serra. Ausência de resposta ao requerimento de 2 de Dezembro de 2005

LUÍS CARLOTO MARQUES

Parlamento Europeu quer combate eficaz ao tráfico de seres humanos

Carlos Coelho critica lentidão dos Estados-Membros a ratificar Convenções da ONU contra o tráfico de seres humanos



O Parlamento Europeu votou um Relatório sobre o Combate ao tráfico de Seres Humanos da autoria da Deputada Edit Bauer. O Deputado do PSD, Carlos Coelho, interveio no debate que antecedeu a votação. Este relatório salienta a necessidade de se criar uma política europeia que permita combater de forma eficaz o tráfico de seres humanos, a qual deverá ter em conta todas as suas vertentes, que vão desde as questões relacionadas com os países de origem, de trânsito e destino, aos

recrutantes, transportadores, exploradores e outros intermediários, bem como clientes e beneficiários.

Na sua intervenção Carlos Coelho começou por lembrar que o tráfico de seres humanos “não é um fenómeno recente, no entanto, nas últimas décadas e em particular nos últimos anos, esta forma moderna de escravidão tem vindo a crescer e a assumir proporções alarmantes” referindo dados divulgados este ano pela O.I.T., segundo os quais “mais de 2,4 milhões dos trabalhadores forçados em todo o mundo, são vítimas do tráfico internacional de seres humanos.”

Segundo o Deputado português esta forma de tráfico (a terceira mais lucrativa, logo a seguir ao tráfico de drogas e de armas, com lucros globais de mais de 31 biliões de Euros, por ano) “é levada a cabo tendo em conta finalidades diferentes, não só para efeitos de exploração sexual, que é a forma mais disseminada e denunciada, mas também para efeitos laborais sob condições abusivas, servidão doméstica forçada, adopção ilegal, mendicância forçada e venda de órgãos.”

“Como tal, o combate ao tráfico de seres humanos acabou por se tornar numa das grandes prioridades, quer ao nível comunitário, quer ao nível internacional, uma vez que a grande maioria dos países é afectada por este fenómeno.”

Na opinião do Deputado, paralelamente à criação de uma política europeia que permita combater de forma eficaz o tráfico de seres humanos, “deverá ser assegurada a protecção das vítimas (sujeitas a humilhações, violência, crueldade, violações, bem como outros tipos de pressão e coacção) e testemunhas.”

Carlos Coelho, que preside actualmente à Comissão do Parlamento Europeu que investiga as alegadas acções da CIA na Europa, afirmou que “O tráfico de seres humanos é inadmissível e não pode ser facilitado pelo facto de existirem quaisquer lacunas legislativas. A legislação tem que ser clara e abrangente, ao mesmo tempo, que deverá ser implementada e correctamente aplicada por todos os Estados Membros, devendo, simultaneamente, tirar-se partido da acção de organismos como a Europol, a Eurojust e a Frontex, sem esquecer a urgência que reveste a aprovação e a entrada em funcionamento do VIS” (Sistema de informação sobre Vistos).

A terminar Carlos Coelho lamentou ainda a “lentidão do processo de ratificação e de implementação de diversos instrumentos internacionais (ex. a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional, o protocolo adicional de prevenção, repressão e criminalização do tráfico de seres humanos, entre outros”

“Gostaria, assim, de urgir os Estados Membros que ainda não o fizeram a tomar as medidas necessárias o mais rápido possível.”

Background do Relatório Bauer

De acordo com o Relatório de 2005 sobre o Tráfico de Seres Humanos do Departamento de Estado dos EUA, estima-se que 600 000 a 800 000 homens, mulheres e crianças sejam todos os anos objecto de tráfico através de fronteiras internacionais. Aproximadamente 80% dessas pessoas são mulheres e raparigas e praticamente 50% são menores. A maioria das vítimas do tráfico internacional destina-se à exploração sexual comercial. Existem estimativas ainda mais elevadas – as estimativas da ONU apontam para mais de 1 milhão de vítimas anuais, enquanto que a OIT refere que mais de 1,2 milhões de crianças são vítimas de tráfico. O Conselho da Europa considera que o tráfico de seres humanos é a terceira maior fonte de receitas produzidas pela criminalidade organizada, depois das armas e da droga. No entanto, o Relatório de 2005 sobre o Tráfico de Seres Humanos salienta também a dramática escravização de pessoas para fins de exploração laboral.

O número estimado de vítimas de tráfico de seres humanos na UE é de mais de 100 000 (no entanto, temos de abordar muito cautelosamente as estatísticas, pois não existem dados fidedignos relativos ao tráfico de seres humanos). É importante salientar que os grupos mais vulneráveis são as mulheres e as crianças. “As crianças são particularmente vulneráveis ao tráfico de seres humanos, devido à sua falta de experiência, dependência e confiança face aos adultos, nomeadamente parentes e pessoas em posição de autoridade, tendo menos possibilidades de escapar a situações de exploração.” O mais recente relatório da UNICEF salienta o elevado número de crianças não registadas, que são as mais vulneráveis ao tráfico.

Embora o tráfico de seres humanos seja normalmente considerado um crime “hediondo”, a ratificação e aplicação das convenções internacionais, nomeadamente da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, bem como das directivas, não são satisfatórias e prosseguem com grande morosidade.

Atendendo a que a maior parte do tráfico de seres humanos possui um carácter internacional, é necessário reforçar a cooperação internacional no campo da investigação, do intercâmbio de informações, da identificação das vítimas, da aplicação da lei e da reintegração. Nesta cooperação é preciso que a Europol, Eurojust, Frontex e o Grupo Operacional dos Chefes das Polícias da União Europeia desempenhem um papel mais significativo.

As definições de tráfico de seres humanos estabelecem uma clara distinção entre o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes. Alguns especialistas consideram essa distinção ilusória; as consequências reais aparecem frequentemente no fim. “O que sabemos, quer sobre o contrabando de migrantes, quer sobre o tráfico de seres humanos, sugere que seria mais correcto entendê-los como um continuum, interpenetrando-se mutuamente numa série de dimensões”. Neste contexto, a clara identificação da vítima é de extrema importância, uma vez que permite distinguir o tráfico do contrabando. A experiência mostra que a polícia, na sequência de lacunas na distinção entre ambas as situações, lida frequentemente com as vítimas de tráfico como se fossem vítimas de contrabando ou imigrantes ilegais.

O tráfico de seres humanos inclui quer as forças de oferta, quer as de procura. Do lado da oferta, referem-se normalmente a pobreza, o desemprego, a discriminação com base no género, a discriminação das minorias, a ausência de escolarização e a corrupção. De acordo com alguns especialistas, a principal força instigadora do tráfico de seres humanos é a procura. A procura no mercado – especialmente de compradores de sexo – gera fortes lucros que incentivam os traficantes, fomentando o crescimento do tráfico de seres humanos. O relatório do Departamento de Estado dos EUA salienta que, nos locais onde a prostituição floresce, gera-se igualmente um ambiente que promove o tráfico de seres humanos. Outros estudos salientam o elevado nível de tolerância face à exploração laboral de trabalhadores vítimas de tráfico de seres humanos como uma forma socialmente aceite de tornar os serviços ou os bens mais baratos. É de crer que, sem uma mudança da tolerância e ambivalência da opinião pública relativamente à procura de serviços prestados por vítimas de tráfico de seres humanos, seja praticamente impossível conseguir uma melhoria significativa na luta contra o tráfico de seres humanos. Duarte Marques

Propostas de Duarte Freitas e Vasco Graça Moura, relativas à “Directiva Estratégica para o Meio Marinho”, aprovadas pelo Parlamento

O Parlamento Europeu aprovou em Primeira Leitura a proposta de Directiva “Estratégia para o Meio Marinho” que pretende colocar em prática a abordagem ecológica e ambiental da Política Marítima Europeia para os Oceanos.

Os Eurodeputados do PSD Duarte Freitas e Vasco Graça Moura, membros das Comissão Parlamentares das Pescas e Ambiente respectivamente, viram as suas propostas aprovadas em plenário e consideram que o documento é favorável aos interesses de Portugal.

Duarte Freitas defendeu a “necessidade de se definir uma estratégia temática sobre o ambiente marinho - baseada numa abordagem integrada - que deverá incluir objectivos qualitativos e quantitativos, bem como prazos para a sua execução”.

Ambos os deputados se mostraram favoráveis a “um maior envolvimento das partes interessadas neste processo” e pretendem garantir, através de emendas que apresentaram e viram aprovadas, “uma melhor utilização dos diversos instrumentos de financiamento da Comunidade, directa ou indirectamente relacionados com a protecção do meio marinho”.

Também no domínio da investigação, Duarte Freitas considera que “a Comunidade deverá criar condições para que os Estados-Membros possam aproveitar a qualidade da investigação e o acervo de conhecimentos produzido nas Universidades vocacionadas para o estudo das ciências marinhas” e frisou a necessidade de “se investir mais na investigação marinha associada aos ambientes de profundidade, nomeadamente ao largo das RUP’s (Regiões Ultraperiféricas), com vista a um melhor conhecimento e melhor aproveitamento dos ecossistemas de profundidade”.

Duarte Freitas e Vasco Graça Moura referiram ainda que este documento



só fará sentido se “os programas de gestão do meio marinho elaborados pelos Estados-Membros forem co-financiados pela UE” através dos diversos programas já existentes no âmbito do quadro de apoio comunitário. - Duarte Marques

Vasco Graça Moura exige inclusão do “português” no indicador europeu de competência linguística

“A língua portuguesa é a terceira língua da União Europeia mais falada do mundo, depois do inglês e do espanhol, e antes do alemão, do francês e do italiano”- Vasco Graça Moura

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, o Deputado do PSD, Vasco Graça Moura, interveio no debate sobre o “Novo quadro estratégico para o multilinguismo.”

Este novo quadro estratégico para o multilinguismo tem como objectivo “promover o conhecimento das línguas e o objectivo a longo prazo de melhorar as competências linguísticas individuais, no sentido de cada cidadão aprender pelo menos duas línguas para além da sua língua materna.”

Ao iniciar a sua intervenção Vasco Graça Moura considerou que “o presente relatório, na formulação em que chega a esta câmara, consagra de um

modo geral princípios correctos e que têm sido adquiridos ao longo dos anos, muito em especial, desde o ano 2000, que foi designado como o ano europeu das línguas.”

O Deputado do PPE afirmou que “a medida de concretização de alguns desses princípios é a “medida do possível”, em conexão com a regra da subsidiariedade. De resto, se é verdade que todos têm direito à sua língua materna, não é menos verdade que, no plano prático, aplicar este princípio à letra, e para além das línguas oficiais, bloquearia de todo o funcionamento das instituições da União.

“Por outro lado, há que evitar a instrumentalização, para fins de eventual exacerbamento nacionalista, da questão das línguas minoritárias.”

Segundo Vasco Graça Moura “Aborda-se também a questão da extensão do indicador europeu de competência

linguística. Na sua versão actual ele apenas se destina a medir as competências linguísticas em inglês, francês, alemão, espanhol e italiano. Deve evitar-se que esta situação de facto induza em erro e estimule à aprendizagem generalizada apenas dessas cinco línguas.”

Chamando a atenção para a importância da língua portuguesa, o Deputado do PSD disse “Não apenas por uma questão de equilíbrio necessário e de abrangência legítima, mas também porque a projecção das línguas europeias fora da Europa é um factor da maior importância numa era de globalização, isto para além das suas dimensões humanas, históricas e culturais.”

“A língua portuguesa, e compreender-se-á que eu dê este exemplo, é a terceira língua da União Europeia mais falada do mundo, depois do inglês e do espanhol, e antes do alemão, do francês e do

italiano.”

A terminar Vasco Graça Moura defendeu ainda uma proposta da qual é subscritor no sentido de “o indicador europeu de competência linguística passar a incluir todas as línguas oficiais da União e, se tal vier a revelar-se exequível, as restantes línguas faladas na Europa.” - Duarte Marques



Retirada de poderes anteriormente delegados na vereadora do CDS/PP não preocupa Carmona Rodrigues: a História de alguns dias atribulados

O presidente da Câmara de Lisboa desvalorizou no dia 17, em Bissau, o facto de vir a governar a autarquia sem maioria absoluta, após romper a coligação com o CDS/PP, sublinhando que “não é uma situação nova” no seu mandato.

António Carmona Rodrigues que chegou a Bissau para uma visita de trabalho na dupla qualidade de presidente da Câmara de Lisboa e da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), sublinhou que a única coisa que o preocupa “é trabalhar pela cidade e pelos lisboetas”.

Carmona Rodrigues decidiu quarta-feira retirar os pelouros a Maria José Nogueira Pinto, depois de a vereadora do CDS-PP ter chumbado a nomeação de Nunes Barata, proposta pelo autarca, para a presidência do conselho de administração da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Pombalina.

Com o fim da coligação pós-eleitoral, que funcionava desde Janeiro, o PSD fica a governar em minoria, com oito vereadores, contra nove eleitos pela oposição (cinco socialistas, dois da CDU, um do Bloco de Esquerda e uma do CDS-PP).

“Já temos a experiência neste mandato de não governarmos em maioria absoluta. Não é uma situação nova e, por isso, encaramo-la com tranquilidade. Não é uma situação que me preocupe. Preocupa-me sim é trabalhar pela cidade de Lisboa e pelos lisboetas”, afirmou.

Lembrando que, quando tomou posse na Câmara de Lisboa, governou os três primeiros meses sem maioria absoluta, Carmona Rodrigues manifestou-se contudo aberto a novas alianças “desde que as pessoas estejam dispostas a colaborar com responsabilidade”.

“Estou sempre aberto [a novas coligações]. Como disse durante a campanha, estou disposto a abrir as portas a quem quiser colaborar.

“Sou uma pessoa de consensos e estou aberto a pessoas que queiram juntar-se a nós no sentido de fazer coisas importantes pela cidade de Lisboa. Vamos ver como os próximos

dias decorrerão”, referiu.

Carmona Rodrigues considerou que o executivo do PSD tem condições para governar o município e apelou à responsabilidade de todos os vereadores da autarquia lisboeta.

“Temos todas as condições para governar e vamos continuar a governar com o mesmo sentido de responsabilidade, esperando também que cada um, no executivo camarário cumpra a sua quota-parte”, sustentou Carmona Rodrigues, que deixa Bissau segunda-feira, regressando na madrugada de terça-feira a Lisboa, via Dacar (Senegal).

Carmona e PSD governam a sós a Câmara de Lisboa

O presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues (Independente-PSD), decidiu quarta-feira retirar os pelouros à vereadora democrata-cristã, Maria José Nogueira Pinto, depois de a autarca ter votado contra, em reunião camarária, a nomeação de Nunes Barata para a presidência do conselho de administração da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) da Baixa Pombalina.

A vereadora do CDS-PP, Maria José Nogueira Pinto, há muito andava a “esticar a corda”, confiante na sua indispensabilidade como “fiel da balança de poder” na vereação da cidade.

Nogueira Pinto – como tem feito ao longo da sua carreira política – tomava como poderes próprios o que são apenas poderes delegados, pois as áreas atribuídas aos pelouros, estatutariamente, pertencem ao Presidente, que apenas os “delega”, podendo avocá-los a qualquer altura.

Nesse conjunto de atitudes teria necessariamente que pesar o seu confronto com Paula Teixeira da Cruz que, eleita Presidente da maioria absoluta na Assembleia Municipal, detem poder próprio que não é despendido e não depende da vereação ou mesmo do Presidente.

Entretanto, Nogueira Pinto afirmou à “Lusa” que “...que



cumprirá o mandato até ao fim como vereadora sem pelouro”, esperando que um cenário de eleições antecipadas esteja afastado e sublinhou que votará favoravelmente as propostas do PSD na Câmara “sempre que forem boas para a cidade”.

A líder da distrital de Lisboa do PSD e também presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Paula Teixeira da Cruz, com que Nogueira Pinto assumiu publicamente divergências no mês passado, acusou a vereadora do CDS-PP de “conduta desleal” e de “quebra de solidariedade”.

Em comunicado, Teixeira da Cruz afirmou que, ao votar contra a proposta da maioria PSD, “sem informar previamente o presidente”, Nogueira Pinto “violou o acordo que ela mesmo tinha celebrado livremente” e destruiu a “confiança que deve existir entre as partes que se comprometeram de boa-fé”.

O líder do PSD, Marques Mendes, apoiou a decisão de Carmona Rodrigues, que lhe foi comunicada quarta-feira à tarde, segundo disse à Lusa fonte do gabinete do presidente social-democrata.

O PSD na Assembleia Municipal manifestou-se igualmente solidário com a decisão de Carmona Rodrigues, num comunicado do líder da bancada, Saldanha Serra.

O presidente da Câmara mostrou-se hoje disponível para acordos pontuais com os partidos da oposição

para permitir a viabilização de propostas camarárias.

“Como disse no passado e digo hoje, sempre estive aberto para alargar a governabilidade a quem quiser partilhar connosco estas responsabilidades”, disse o autarca.

Paula Teixeira da Cruz lembrou que PSD e CDS-PP mantinham uma coligação pós-eleitoral desde 5 de Janeiro, altura em que a vereadora democrata-cristã assumiu o pelouro da Habitação Social e a responsabilidade do projecto de reabilitação da Baixa-Chiado, num conjunto de responsabilidades muito alargadas e que rapidamente quis tornar “independentes” e “pessoais”.

Ao votar contra a proposta da maioria PSD, “chumbando” o nome proposto para a coordenação do “Baixa-Chiado”, “sem informar previamente o presidente”, Maria José Nogueira Pinto “violou o acordo que ela mesmo tinha celebrado livremente” e “destruiu a “confiança que deve existir entre as partes que se comprometeram de boa-fé”, acrescentou.

“Para o PSD os princípios e valores que devem ser considerados essenciais no exercício de funções políticas e de interesse público não podem ser desrespeitados por motivos de ordem conjuntural ou subjectiva”, afirma Paula Teixeira da Cruz no comunicado.

Na quarta-feira, a vereadora assumiu, em comunicado, ter votado contra a nomeação de Nunes Barata,

Notícias de Lisboa



que trabalhou na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa quando Nogueira Pinto era provedora da instituição, argumentando que a proposta apresentada “não correspondia ao agendado nem ao previamente acordado”.

Carmona Rodrigues considerou que a vereadora “violou um dever de lealdade e de confiança elementar na relação entre pessoas que estão unidas por um acordo político”, pelo que decidiu retirar a Nogueira Pinto “todos os pelouros que lhe estavam atribuídos”, a Habitação Social e a presidência do comissariado para a reabilitação da Baixa Chiado.

No dia seguinte, a distrital de Lisboa dos sociais-democratas apoiou a decisão de Carmona Rodrigues, manifestando a sua solidariedade à equipa da Câmara.

Pouco antes do final da coligação, que se prolongou por dez meses, a “paz” entre os dois partidos de direita foi ameaçada quando Nogueira Pinto acusou a presidente da AML, Paula Teixeira da Cruz, de ter manifestado apoio a um grupo de moradores que exigia do pelouro da Habitação Social a redefinição do método de cálculo das suas rendas de casa.

Maria José Nogueira Pinto, que acusava a responsável social-democrata de comprometer o equilíbrio de poderes entre a Câmara e a Assembleia Municipal disse, na altura, que só continuaria na coligação enquanto tivesse “condições de dignidade”.

As críticas da vereadora do CDS-PP foram repudiadas pelos vereadores do PSD, Marina Ferreira e Lipari Pinto e motivaram um voto de solidariedade da bancada municipal social-democrata a Teixeira da Cruz, também líder da distrital de Lisboa do PSD, que entendeu as acusações de Nogueira Pinto como “imputações de ordem pessoal”.

O equilíbrio de forças na autarquia lisboeta regressa, assim, à situação

saída das eleições autárquicas de Outubro de 2005, com os oito vereadores do PSD e nove eleitos pelos outros partidos concorrentes, PS (cinco), CDU (dois), Bloco de Esquerda (um), CDS-PP (um).

Situação oposta à da Assembleia Municipal de Lisboa (AML), presidida por Paula Teixeira da Cruz (PSD), onde os sociais-democratas têm maioria absoluta.

O aparente “pomo de discórdia”, o comissariado para a reabilitação da Baixa Chiado, ficará sob a alçada directa de Carmona Rodrigues; e o pelouro da Habitação Social e a empresa municipal que gere os bairros camarários, “Gebalis”, serão assumidos pelo vereador social-democrata Sérgio Lipari Pinto, segundo avançou, à Lusa, fonte municipal.

Uma entrevista esclarecedora de Paula Teixeira da Cruz

Num jornal diário de referência, os jornalistas Paula Sá e Susana Leitão entrevistaram, a propósito dos acontecimentos recentes na CML, a Presidente da Assembleia Municipal (e da distrital de Lisboa do PSD), Paula Teixeira da Cruz, que, com agradecimentos - e pelo que tem de esclarecedora - aqui reproduzimos

A presidente da Assembleia Municipal de Lisboa diz que já esperava que Carmona Rodrigues retirasse os pelouros à Maria José Nogueira Pinto, vereadora do CDS, depois do comportamento pouco “ético” que mostrou no confronto com AML. Paula Teixeira da Cruz lembra que o PSD não disse ter quebrado qualquer coligação com os centristas em Lisboa, numa espécie de repto à renúncia do mandato da vereadora centrista.

Pergunta: Estava à espera do final

da coligação na Câmara de Lisboa, com o CDS/PP?

Resposta: Estava à espera que houvesse um desfecho que potenciase a retirada de pelouros à vereadora eleita pelo CDS/PP. O episódio que se passou com a assembleia municipal era um pretexto. Tive a certeza, quando li a entrevista da senhora vereadora ao “Sol” na qual dizia claramente que “tinha acabado o tempo de coligações com o PSD”.

P: Acha normal que o presidente Carmona Rodrigues tenha comunicado ao presidente do PSD, Dr. Marques Mendes, o fim da coligação?

R: Nunca houve qualquer coligação estabelecida, nos moldes políticos tradicionais, entre os dois partidos. No âmbito da campanha para a Câmara de Lisboa e para a AML, o professor Carmona Rodrigues disse várias vezes que gostaria de contar com o envolvimento de todas as forças políticas, que estivessem disponíveis para esse efeito. E é neste contexto em que há um acordo celebrado com o CDS/PP. Não se pode fazer a leitura de que o Professor Carmona Rodrigues “quebrou a coligação”. Apenas tornou público uma atitude que considero desleal e de falta de solidariedade, quando retirou a gestão das responsabilidades os pelouros atribuídos antes à senhora vereadora.

P: O que está a dizer é que põe o ónus no CDS/PP de manter ou não o acordo?

R: Cada um tem a sua responsabilidade. Que cada um a saiba assumir. É que nunca ouviu falar em quebra de coligação da parte do professor Carmona Rodrigues nem da parte de ninguém do PSD.

P: A vereadora do CDS/PP extravasou a ética política?

R: Não é suposto o fiscalizado dizer ao fiscal como deve ser fiscalizado. A AML não serve só para se sentar e levantar. E isso comigo jamais será assim. Se isso causa incomodidade é um problema daqueles, ou daquela, a quem causa incomodidade. Há aqui questões de conduta e de ética política, com toda a franqueza.

P: Acha que Carmona Rodrigues foi muito condescendente com a vereadora?

R: O que entendo que o professor Carmona Rodrigues fez, e muito bem, foi um exercício de liberdade e de responsabilidade. Isto é, os senhores vereadores têm pelouros, são responsáveis por esses pelouros.

P: Parece-lhe que a vereadora pode ter intenção em disputar o poder autárquico?

R: Não faço processos de intenção.

P: Com este episódio não fica o Presidente, e a própria imagem da Câmara, debilitados?

R: Eu penso que é o contrário. Penso que o Presidente deu um exemplo de grande dignidade e deu um exemplo de que não se está em

política a qualquer preço e a todo o custo. Uma equipa que tem responsabilidades executivas não pode comportar, em nenhuma situação, uma quebra de solidariedade, uma deslealdade.

P: Considera que a câmara vai ter agora mais dificuldade em gerir o seu dia-a-dia não tendo a coligação?

R: Com franqueza, não. Há dezenas de municípios no País que funcionam com maiorias relativas. É assim, foi esse o mandato conferido, naturalmente que os senhores vereadores da oposição ficam confrontados com uma responsabilidade acrescida, no que toca a um conjunto de linhas no âmbito da actuação do executivo camarário e que se prendem com o funcionamento da própria autarquia.

P: E o que acontece agora com o plano para a Baixa-Chiado?

R: A questão da Baixa-Chiado está longe de estar terminada. O documento apresentado é de enquadramento a 20 anos, com um conjunto de pressupostos de financiamento que assentam em grande parte no sector privado. E, portanto, que se podem realizar, ou não.

P: Tem lógica ser a vereadora Maria José Nogueira Pinto a defender o plano, agora que lhe foi retirado o pelouro?

R: Em primeiro lugar quem representa institucionalmente a Câmara é o Presidente. Aliás, em termos regimentais os vereadores falam por indicação do Presidente. Aquele projecto é um projecto do executivo. Eu diria até de vários executivos. Não nasceu ontem nem só neste mandato. Estamos a falar de um conjunto de estudos muito substancial que se prolongou por anos...- **Fonte: DN**

Comissão municipal considera que obra na Infante Santo cumpre legislação

A comissão de urbanismo e mobilidade da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) considerou hoje que estão a ser cumpridas as regras urbanísticas na construção do condomínio Infante Santo, numa visita às obras embargadas temporariamente pela Câmara no Verão.

A construção foi embargada em Agosto pelo presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues, por falta de pagamento da Taxa de Realização de Infra-Estruturas Urbanísticas, motivo porque o necessário Alvará não tinha sido emitido.

O embargo à obra durou cerca de 24 horas, uma vez que o promotor pagou imediatamente as taxas em falta, no valor de 600 mil euros, mantendo-se o embargo parcial da

construção de uma piscina que não estava prevista no projecto.

Na sequência de todo este processo, a comissão da Assembleia Municipal decidiu realizar uma visita à obra situada na Avenida Infante Santo, nos terrenos onde durante décadas esteve abandonada a estrutura do antigo gasómetro de Lisboa.

A obra está em fase adiantada de construção e existe já no local um “stand” de vendas.

Durante cerca de uma hora e meia, os deputados municipais da comissão de Urbanismo visitaram o local e ouviram explicações do promotor da obra e do director municipal de Gestão Urbanística, Pires Marques.

Pires Marques afirmou que os arranjos exteriores previstos serão “uma mais valia para a cidade”, citando com exemplo o acesso público, que não existia, entre a Avenida Infante Santo e a rua da Cova da Moura.

O responsável municipal salientou também que irão ser realizados arranjos no Chafariz das Terras, que “está muito degradado”, e no Aqueduto das Águas Livres, “que está muito mal tratado nesta zona”.

No final da visita, o presidente da comissão, Vítor Gonçalves (PSD), considerou que, “de uma maneira geral, foram cumpridos à risca os regulamentos e regras urbanísticas em vigor”.

“Todo este processo foi imensamente controverso, na medida em que teve um parecer da Provedoria de Justiça que arrasava completamente a Câmara e o empreendedor da obra e considerava que o empreendimento representava um abuso às regras urbanísticas e de construção da cidade”, afirmou Vítor Gonçalves.

Perante esta situação, “a comissão analisou todo o processo, ouviu a Câmara de Lisboa, os gabinetes jurídicos, os responsáveis pela direcção municipal e esclareceu a dúvida a dúvida e cada ponto que era referido pela Provedoria de Justiça”, acrescentou.

Para Vítor Gonçalves, o edifício podia ter outras características “mais benevolentes em termos de ocupação e ter um maior passeio”, mas, acrescentou, “está em absoluto dentro das regras a que a legislação obriga”.

Esta opinião é sustentada pelo director municipal de Gestão Urbanística, afirmando que a obra em termos de ocupação “é exaustiva, mas não é abusiva em relação à legalidade”.

Vítor Gonçalves disse ainda que se sente “salvaguardado”, na medida em que o processo está a ser investigado pela Procuradoria-geral da República, Polícia Judiciária e Tribunal de Contas e ainda pela Câmara de Lisboa, que abriu um inquérito.

“Temos as garantias que se



alguma coisa de irregular aqui existir alguém há-de descobrir e penalizar”, sustentou.

Da autoria do arquitecto Adriano Callé Lucas, o empreendimento desenvolve-se ao longo de oito pisos, tem cinco entradas, três das quais na Avenida Infante Santo e duas na travessa de Chafariz das Terras à Lapa, áreas comerciais e cerca de 400 lugares de estacionamento.

Presente na visita, esteve o presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, João Magalhães Pereira (PSD), considerou que o empreendimento trará “sangue novo para uma freguesia envelhecida e alguns serviços necessários”.

No entanto, “o desenvolvimento urbanístico também arrasta alguns problemas como aumento de trânsito”, mas o balanço é positivo, acrescentou.

Lisboa acolhe Declaração Universal das Novas 7 Maravilhas

A Câmara Municipal de Lisboa oficializou, no dia 16 de Novembro, o seu apoio a uma iniciativa histórica para a capital portuguesa, o The New 7 Wonders of The World. A autarquia é, assim, a primeira instituição pública a apoiar oficialmente a eleição das Novas 7 Maravilhas do Mundo.

A cerimónia de Declaração Universal, que terá lugar no dia 07.07.2007 no Estádio da Luz, irá eleger as novas 7 Maravilhas do Mundo de entre 21 monumentos finalistas. 2200 anos depois, Lisboa sucede, assim, à Grécia Antiga, tendo sido a cidade escolhida para ser o centro da decisão.

O presidente da CML, Carmona Rodrigues, fez questão de sublinhar a importância deste evento para a cidade de Lisboa. “Será, seguramente, um acontecimento especial e único, uma vez que não se irá repetir tão

cedo”, adiantou o autarca. “Receber esta iniciativa é uma responsabilidade para a qual nos sentimos à altura”, acrescentou.

Durante o período do evento, o espaço público da capital receberá réplicas dos 21 monumentos finalistas, o que, segundo Carmona Rodrigues, “trará uma grande animação à cidade”.

A escolha do Estádio da Luz para a recepção do evento prende-se com a necessidade de o palco da Declaração Universal ter capacidade para mais de 50 mil pessoas sentadas e reunir um conjunto de infra-estruturas que possibilitem a produção de um espectáculo que se pretende que seja, a título de exemplo, um misto de cerimónia dos Óscares com uma Abertura de Jogos Olímpicos. O preço do ingresso para assistir à cerimónia ainda não está definido, mas pensa-se que poderá oscilar entre os 80 e os 100 euros.

A votação para a eleição das Novas 7 Maravilhas do Mundo pode ser feita online, através do endereço www.new7wonders.com, ou via telefone. Até ao momento já votaram mais de 30 milhões de pessoas.

A par da Declaração Universal das Novas 7 Maravilhas do Mundo, decorrerá a eleição das 7 Maravilhas de Portugal, uma iniciativa paralela que conta com o apoio consultivo do Ministério da Cultura e que pretende desafiar os portugueses a decidirem quais são os monumentos mais marcantes da cultura nacional.

Inaugurada primeira sala de estudo gerida pela autarquia

A pensar nas dezenas de estudantes que, por falta de alternativa, ocupavam vários cafés do centro comercial Acqua Roma para estudar, o pelouro da Juventude escolheu a Avenida de Roma para criar a primeira sala de estudo gerida pela autarquia.

A inauguração aconteceu no dia 16 de Novembro, com a presença do presidente da CML, Carmona Rodrigues, e da vereadora com o pelouro da Juventude, Gabriela Seara.

Para Carmona Rodrigues esta é mais uma medida que visa “estimular e apoiar os jovens que estudam em Lisboa, para que possam crescer e desenvolver-se de uma forma sólida, baseada na sociedade do conhecimento, por forma a sermos competitivos no espaço europeu onde vivemos”.

O espaço Juventude@Lisboa Acqua Roma tem 151 metros quadrados de área, tendo os utilizadores acesso a 20 de lugares de estudo, nove computadores com ligação gratuita à internet, um ecrã plasma e um DVD para os momentos de descontração.

A sala de estudo estará aberta todos os dias, incluindo fins-de-semana e feriados, entre as 10 e as 23 horas.

O pelouro da Juventude passa, assim, a contar com cinco espaços Juventude@Lisboa, sendo os restantes dedicados à arte, fotografia, justiça e planeamento familiar, espalhados pelo centro comercial Amoreiras, Campo Grande, Bairro Alto e Bairro do Armador.

Antes da inauguração da nova sala de estudo, a vereadora Gabriela Seara visitou uma residência municipal de estudantes, a funcionar desde o mês de Outubro com ocupação total na Rua do Comércio, na Baixa.

O local é ocupado por 16 estudantes do ensino superior, divididos pelos dois andares da residência. O espaço tem quartos individuais e duplos, telefone público, cozinha, sala de convívio e acesso à internet em cada habitação.

A residência de estudantes da Baixa é, por outro lado, uma medida da CML que pretende atrair mais jovens para o centro da cidade, combatendo a desertificação progressiva de uma zona que tem vindo a perder habitantes. – Fontes: Lusa, DN, Expresso, Público

Notícias dos Açores

Comunicado sobre o Plano e o Orçamento para 2007



A Comissão Política Regional do PSD do Açores, considerando as características e implicações do Orçamento e Plano 2007, para a região, emitiu o seguinte comunicado:

«1. O Orçamento e o Plano para 2007, apresentados pelo Governo Regional socialista, são um “saco azul” de milhões e mais milhões de euros. Falta transparência e falta uma estratégia que leve os Açores a aproximarem-se das médias de desenvolvimento da União Europeia.

2. Um “saco azul” de 1.255 milhões de euros para gastar em despesas de funcionamento e em toneladas e mais toneladas de betão, sem que os ligue um fio condutor.

Parte significativa desses 1.255 milhões são, pois, mais uma vez, para “gastar” sem critério, quando o que os Açores precisam é de “investir” a sério na realização de uma estratégia pré-definida. A serem gastos, como proposto, os milhões vão continuar a não deixar rasto, condenados que estão à completa ineficácia. Este é, no fundo, o real “retrato” de dez anos de governação socialista.

3. Ao longo de 94 páginas de texto e de 43 páginas de mapas, o Governo Regional socialista não diz, uma única vez, em quanto crescerá a economia regional, em 2007, ou em que medida os Açores vão convergir com a União Europeia. Não se estabelece ligação entre um Orçamento de 1.255 milhões de euros e uma estratégia de desenvolvimento que faça com que o rendimento das famílias açorianas cresça, a produtividade da economia açoriana aumente, se criem mais empregos, a taxa de actividade descole do fundo da lista nacional.

O Orçamento apresentado pelo Governo Regional socialista diz-nos que a economia dos Estados Unidos da América irá crescer, em 2007, entre 2,7% e 3,3%. E que a da China crescerá em 9%. Mas, por mais incrível que pareça, este Orçamento, este “saco azul” de 1.255 milhões de euros, nada diz sobre o que crescerá a economia regional, em 2007.

O Orçamento apresentado pelo Governo Regional socialista diz-nos que o desemprego em 2007, será, na União Europeia, de 8,2%, que no Japão será de 4,3%, que em Portugal será de 7,7%. Mas sobre quantos empregos serão criados, nos Açores, em 2007, nada nos diz. Sobre quantas mulheres e jovens açorianos entrarão para o mercado de trabalho, nada nos diz.

4. O “saco azul” que é este Orçamento destina 235 milhões de euros à Educação.

Para atingir que objectivos? Não se sabe. Em quanto irão estes milhões contribuir para que a taxa de insucesso escolar do ensino secundário desça dos insuportáveis 46%? Não se sabe. O Governo Regional socialista não apresenta nenhuma meta.

5. O “saco azul” que é este Orçamento destina 206,4 milhões de euros à Saúde.

Para atingir que objectivos? Não se sabe. Em quanto irão estes milhões contribuir para que mais açorianos, em 2007, tenham médico de família? Não se sabe. Em quanto diminuirá o tempo

de espera por uma consulta de oftalmologia, neurologia, ou psiquiatria? Em quanto diminuirão as listas de espera para actos cirúrgicos, quando há açorianos que esperam há mais de seis anos para serem operados? Não se sabe.

6. O “saco azul” que é este Orçamento destina 48,8 milhões de euros para o Emprego, Trabalho e Formação Profissional.

Para atingir que objectivos? Nada se sabe sobre quantos novos empregos se prevê criar em 2007. Nada se sabe sobre em quanto crescerá ou não a taxa de actividade.

7. O Orçamento e o Plano para 2007 pecam por falta de transparência:

a. O Serviço Regional de Saúde terá à partida, uma sub-orçamentação da ordem dos 40 milhões de euros;

b. Às despesas de funcionamento da ordem dos 548,7 milhões de euros deve acrescentar-se, pelo menos, cerca de 40 milhões de euros do Plano, que são despesas de funcionamento disfarçadas de despesas de investimento.

c. A dívida pública regional continua a crescer, ao contrário daquilo que o Governo Regional socialista apregoa. Aos 700 milhões de euros de dívida pública actual, o Governo Regional propõe endividar-se em mais 90 milhões, em 2007.

d. As transferências do Orçamento do Estado para os Açores crescem, aplicando-se a nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, à mesma medida que cresceriam aplicando-se a Lei em vigor, ao contrário do que quer fazer crer a propaganda socialista.

8. O PSD recusa ser cúmplice deste modo de usar os dinheiros públicos.

O PSD recusa o silêncio perante o gasto de 1.255 milhões de euros sem uma estratégia definida e sem a quantificação de objectivos a atingir.

O PSD alerta os açorianos para a necessidade de se mudar o rumo, de se enveredar por uma aplicação rigorosa dos dinheiros públicos, para que se crie mais riqueza nos Açores, para que as famílias açorianas vejam os seus rendimentos crescerem, para que se criem mais empregos, para que “a nova emigração” – o não regresso às ilhas dos mais jovens e dos mais capazes – seja estancada.

Ano após ano, estes objectivos têm ficado por atingir. Em 2007, adia-se de novo. Mais um ano para gastar, não para investir. Mais uma oportunidade desperdiçada. - CPR/PSD



Notícias do Algarve

PSD/Algarve solidário com Alcoutim

O PSD/Algarve manifesta total solidariedade ao Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, na sua luta em defesa da Saúde dos seus munícipes. O Presidente da Câmara, Dr. Francisco Amaral distinguiu-se, como Médico e enquanto Autarca, pelo exemplo de dedicação aos outros, com plena e elevada noção de serviço público, qualidades reconhecidas muito para além das fronteiras de Alcoutim e do Algarve.

O modo como a Administração Regional de Saúde do Algarve tem vindo a conduzir o processo de encerramento das Extensões de Saúde, à imagem e semelhança da arrogância que caracteriza o ministro do sector, é revelador de um profundo desrespeito pela população daquele Concelho e pelos seus legítimos representantes.

Ao arpejo das mais elementares normas de comportamento democrático, o Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde privilegia as “conversações” com os seus camaradas socialistas locais, e procura mistificar a crueza das suas decisões através da manipulação dos factos.

Essa mistificação não consegue porém iludir a realidade: Alcoutim verá diminuídas as respostas às necessidades dos seus cidadãos no domínio da Saúde, através do encerramento das Extensões de Saúde e da diminuição efectiva do horário do Serviço de Atendimento Permanente.

Hoje é Alcoutim, como no passado foi Silves, e no futuro serão outros Concelhos, o alvo da política de “poupança” socialista à custa da diminuição de serviços sociais essenciais para a população.

Poupam o Governo e a ARS Algarve encerrando serviços, reduzindo horários de funcionamento, aumentando o preço dos medicamentos, criando novas taxas moderadoras, protelando a construção de equipamentos.

O PSD Algarve revê-se no exemplo de humanismo que o Dr. Francisco Amaral tem vindo a pôr em prática, em contraponto a esta autodenominada



“esquerda moderna”, que se rege pelo primado do dinheiro, e estará ao seu lado na defesa de políticas sociais justas, e de melhores condições de Saúde para os

Em Aljezur, o Deputado Mendes Bota quer afastar camiões do centro da vila

O deputado social-democrata Mendes Bota acusou o Governo de falta de vontade política para concluir o IC-4, entre Sines e Lagoa, e pediu ao ministro dos Transportes a proibição de que Aljezur seja atravessada por camiões.

Em requerimento entregue na Assembleia da República, o deputado eleito pelo círculo do Algarve - também líder do PSD/Algarve - qualifica o atravessamento da vila por pesados como “insuportável” para os moradores, sujeitos aos riscos da passagem de “veículos com tamanhos que as ruas estreitas já não comportam”.

A vila de Aljezur é atravessada pela EN120, que liga o litoral alentejano a Lagos, situação que se manterá até à conclusão do IC-4.

Segundo Mendes Bota, a situação “caótica” que se vive em Aljezur já é do conhecimento do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, graças a uma exposição que recentemente lhe foi entregue, subscrita por mais de 700 moradores daquela vila algarvia.

O deputado classifica de “insignificante” a verba de 25 mil euros inscrita no Orçamento de Estado para 2007 para a Variante a Aljezur, obra que, sustenta, retiraria os pesados do centro da povoação.

Aquela verba “confirma a ausência de vontade política em avançar a curto prazo com as obras do IC-4”, acusa o deputado.

Mendes Bota lamenta o “perpetuar de uma situação” que considera “insuportável” para os moradores da sede de concelho, que ficam “sujeitos aos inconvenientes e aos riscos da passagem de veículos” de grandes dimensões.

O deputado do PSD Bota considera ainda que o atraso no arranque das obras reflecte a ausência de uma alternativa ao tráfego que liga o Algarve ao resto do país e “reforça a marginalização do Barlavento algarvio”. – Fonte: **Lusa**



Notícias de Cascais

Cerimónia de entrega do Prémio do Mar Rei D. Carlos

João Pedro Correia foi o vencedor da edição de 2006 do Prémio do Mar Rei D. Carlos, com a obra “Pesca comercial de tubarões e raias em Portugal”, galardão que recebeu no Dia Nacional do Mar que se assinalou a 16 de Novembro, em cerimónia pública no Museu do Mar - Rei D. Carlos, em Cascais.



Este prémio instituído Câmara Municipal de Cascais, pretende homenagear o monarca e o estudioso do mar que foi o Rei D. Carlos, Universalmente considerado um pioneiro da ciência oceanográfica e para sempre ligado à história da Vila de Cascais.

De periodicidade anual, esta distinção contempla alternadamente trabalhos

Notícias de Cascais



de investigação nos domínios da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e da Biologia Marinha e Oceanografia Biológica.

O valor do prémio é de 2500 euros. A Câmara Municipal de Cascais responsabiliza-se pela edição do trabalho vencedor.

Na ocasião será inaugurada a exposição “Cascais na Rota dos Naufrágios”, que pretende despertar no público a curiosidade sobre os muitos “tesouros” ainda submersos na costa de Cascais resultantes de inúmeros naufrágios que aqui ocorreram ao longo dos séculos, cujos vestígios têm vindo a ser recuperados pela investigação arqueológica subaquática em curso.

Dia Nacional do Mar

Foi o seguinte o programa cumprido em Cascais, no Dia Nacional do Mar: Inauguração da Exposição Cascais na Rota dos Naufrágios; entrega do Prémio do Mar Rei D. Carlos/2006; apresentação da Agência Cascais Atlântico.

Estes acontecimentos desenrolaram-se no dia 16, a partir das 21 e 30, no Museu do Mar Rei D. Carlos, Rua Júlio Pereira de Mello, em Cascais.

Autarquia assina protocolo com vista à construção de recife artificial

A autarquia de Cascais pretende construir um recife artificial na praia de São Pedro do Estoril e um ancoradouro para acolher o submarino Barracuda em São João do Estoril, anunciou o presidente da Câmara de Cascais.

O autarca António Capucho (PSD) falou à Imprensa no final do acto oficial da assinatura de contratos de fornecimento de serviços, entre a autarquia, o Instituto Superior Técnico (IST), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) destinados a avaliar a viabilidade daqueles dois projectos.

Fazer do “Barracuda”, doado ao concelho de Cascais pela Armada Portuguesa, um museu que mostre como era a vida dentro daquele tipo de submarino, é um dos objectivos dos contratos, referiu o autarca.

Quanto às datas para conclusão destes projectos, a directora do Centro de Informação Ambiental da Ponta do Sal sublinhou que a ancoragem do Barracuda “não deverá estar concluída antes de 2010”, enquanto os estudos relativos à construção do recife artificial só deverão estar prontos no último trimestre do próximo ano.

“Antes do último trimestre de 2007 não deverá ser possível saber qual o tipo de recife a construir, qual o seu volume e em que local - apesar de se saber que vai ser construído no fundo do mar - embora tudo aponte para que fique em São Pedro do Estoril”, sublinhou Maria José Fialho.

Melhorar a prática do surf, a qualidade das praias da Costa do Estoril e a da oferta do turismo daquela zona costeira são, segundo o autarca de Cascais, objectivos das iniciativas.

Os contratos assinados hoje - no Dia Nacional do Mar - prevêem ainda o estudo das características morfológicas das areias das 15 praias da Costa do Estoril para evitar que o mar leve “com tanta frequência as areias que a autarquia ali coloca, o que reduz os custos”, acrescentou o autarca.

Esta tarefa ficará a cargo de uma equipa de especialistas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Sobre a construção do recife artificial, o documento assinado hoje entre a Câmara, IST e LNEC prevê a realização do estudo prévio e o estudo de impacto ambiental, cabendo ao Técnico proceder ao estudo da costa, ao local onde será construído, qual o tipo de estrutura e de recife, bem como o estudo de impacto ambiental.

Ao LNEC caberá produzir um modelo do recife à escala reduzida e proceder aos vários testes, enquanto uma equipa de cientistas da Faculdade de Ciências fica encarregue de estudar as marés e o comportamento das areias das praias da zona.

Em declarações à Lusa, Pedro Bicudo, professor universitário do Técnico e coordenador do projecto para a construção do recife, referiu que os estudos iniciais estão já em curso e sublinhou tratar-se de uma iniciativa que está a ser estudada noutros países europeus, nomeadamente em “Espanha, Inglaterra, Itália e França”.

Segundo o investigador, o único recife artificial existente no Mundo, destinado a melhorar a prática do surf, “situa-se na Austrália, na zona de Goldcoast, na estância Surf Paradise”.

Brasil e Estados Unidos são outros dos países com estudos em curso para a construção de recifes artificiais, acrescentou.

Segundo o especialista, o estudo da construção de recifes artificiais “embora seja algo completamente novo em Portugal na área das novas tecnologias”, seria “uma boa solução para quase evitar a erosão e o desassoreamento da costa portuguesa”.

Construção de esplanadas nas praias, integra recuperação da orla costeira

A construção de esplanadas “modernas” é a principal proposta dos vencedores do concurso para a requalificação dos apoios em quatro praias entre a Cidadela e São Julião da Barra, foi hoje anunciado.

Os projectos hoje apresentados para a construção de bares e restaurantes nas praias da Duquesa e Carcavelos, em Cascais, e nas praias da Poça e da Azarujinha, em São João do Estoril, integram o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Cidadela/Forte de São Julião da Barra.

O plano, da responsabilidade final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, na sua execução conta com a participação da Câmara Municipal de Cascais.

Durante a sessão de apresentação das propostas dos novos concessionários, em São Pedro do Estoril, o ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia, elogiou os planos e considerou prioritária a intervenção na costa portuguesa.

“Sentimo-nos na estrita obrigação de valorizar a costa portuguesa, que exige a gestão entre a riqueza ambiental e a grande concentração de população”, afirmou Nunes Correia, para quem os projectos para a construção de estruturas de apoio nas praias de Cascais reflectem a importância das parcerias entre a administração central e local, uma vez que a Câmara de Cascais esteve sempre representada na comissão de acompanhamento do concurso e do planeamento. A opinião foi partilhada pelo presidente da autarquia, António Capucho (PSD), para quem o “bom relacionamento” com o ministério do Ambiente foi “decisivo” para a requalificação de várias praias entre Carcavelos e Cascais nos últimos anos.

Em declarações à Lusa, o presidente da CCDR, Fonseca Ferreira, adiantou que a construção das esplanadas e outras estruturas de apoio de praia deverá começar em Fevereiro ou Março, devendo estar concluídas até Maio de 2008.

Na Praia da Duquesa, a empresa Albatroz - Actividades Hoteleiras irá recuperar o edifício do antigo “Palm Beach”, na Alameda Duquesa de Palma, obra que está avaliada em 1.500.000 euros.

A construção de zonas de restauração nas praias da Poça e da Azarujinha, da responsabilidade da Opíparo - Actividades Hoteleiras e da Cais dos Sentidos, respectivamente, implicarão a demolição das estruturas actualmente existentes.

O edifício de apoio da Praia de Carcavelos, concedido ao Grupo Doca de Santo, será demolido parcialmente para receber uma pizzaria com design minimalista, explicaram os responsáveis pelo projecto.

Na sessão de hoje foi ainda apresentado o novo plano da Praia das Avencas, na Parede, da responsabilidade da Companhia de Investigação e Arquitectura (CIAM) e avaliado em 39.500 euros.

O plano, também integrado no POOC da Cidadela de Cascais/Forte de São Julião da Barra, inclui a melhoria dos acessos, a requalificação do túnel sobre a Avenida Marginal, a construção de um passeio pedonal e a construção de sistemas de drenagem pluvial e monitorização das arribas. – **Gab. Imp. CM Cascais**

PSD acusa Instituto de Resíduos de irresponsabilidade

O PSD acusou o Instituto Nacional de Resíduos de adoptar uma postura “irresponsável” ao proibir a deposição de lixos industriais no aterro sanitário de Sermonde, Gaia, sem criar alternativas num raio de 200 quilómetros.

O Instituto em causa anulou, em 10 de Janeiro, uma autorização provisória para deposição dos lixos industriais banais produzidos por meio milhar de empresas dos concelhos de Gaia e Feira no aterro de Sermonde, gerido pela empresa de capitais públicos Suldouro.

“Esta decisão, tomada de forma inconsequente e até irresponsável, terá sérias e profundas consequências que o Governo insiste em não reconhecer, mesmo perante insistentes apelos de todas as partes envolvidas”, lamentam os deputados social-democratas, em requerimento dirigido ao ministro do Ambiente e hoje divulgado.

Segundo o PSD, a proibição de deposição de lixos industriais em Sermonde obriga os empresários a recorrer a unidades especializadas em Leiria ou Castelo Branco, a mais de duas centenas de quilómetros.

Também “não é de todo de excluir que o destino destes resíduos volte a ser, inevitavelmente, a deposição selvática e ilegal em matas e lixeiras, tal como acontecia anteriormente”, advertem os parlamentares social-democratas.

O aterro sanitário de Sermonde tem recebido, desde 1999, todos os resíduos sólidos produzidos nos concelhos de Gaia e Feira.

O município de Gaia já pediu que a decisão de proibir o depósito de lixos industriais em Sermonde seja adiada por mais um ano, uma pretensão ainda sem resposta.

Adepto dessa prorrogação, o PSD diz que a medida daria tempo para a instalação de um depósito de resíduos industriais banais em Canelas, também no concelho de Gaia. – **Fonte: Lusa**



Esquadra policial «existe» há 23 anos mas... apenas no papel

Os deputados do PSD eleitos pelo Porto, afirmaram na AR, que continua por cumprir uma portaria de há 23 anos que determinou a criação de uma esquadra policial para servir os 16 mil habitantes de duas freguesias da Maia, concelho periférico do Porto.

Em requerimento dirigido ao Ministério da Administração Interna (MAD), os deputados social-democratas eleitos pelo círculo do Porto referem que a Câmara Municipal da Maia comprou há 15 anos instalações para instalar uma esquadra que servisse as freguesias de Moreira e Vila Nova de Telha, disponibilizando-se mais tarde para efectuar as adaptações que a PSP julgasse necessárias.

“É uma situação de profundo desrespeito não só pela município, que está em posse de património bloqueado e sem qualquer utilização e que foi colocado à disposição do Governo, mas acima de tudo pela população residente daquelas duas freguesias”, afirmam os parlamentares social-democratas no requerimento dirigido ao MAI.

“O Estado tem a obrigação de fazer cumprir a lei”, acrescentam.

A portaria que determinou a criação de um posto policial para servir as freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha é a 153, de 17 de Fevereiro de 1983.

O concelho da Maia, com 125 mil habitantes, 83,2 quilómetros quadrados e 17 freguesias, tem em funcionamento duas esquadras da PSP, uma na sede do concelho e outra em Águas Santas. – **Fonte: Lusa**

Notícias do Porto

Câmara do Porto dedica à Cultura uma dotação orçamental 10 vezes superior à do Governo



O Presidente da CMP afirmou, com base no rigor dos números e em termos relativos, que a autarquia dedica à Cultura uma dotação orçamental 10 vezes superior à do Governo.

Rui Rio contrariou, assim, recentes declarações da Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, produzidas no Porto, insinuando que, a partir da Porto 2001, a política cultural na cidade era praticamente inexistente.

«A Câmara dedica 4,8% do seu Orçamento à Cultura, enquanto o Estado apenas lhe afecta 0,43%, sendo que, este ano, as verbas estatais, para este sector, caem 9,13% numa despesa que até cresce ligeiramente», salientou o autarca, concluindo não ver qualquer «autoridade moral» por parte da Ministra, quando critica a política cultural da Câmara do Porto.

«Isto quando nós damos à Cultura 10 vezes mais do que aquilo que o Governo lhe atribui e justamente num momento em que a Assembleia da República discute um Orçamento de Estado que até obriga a um corte de 9,13% nas nossas verbas», acrescentou Rui Rio, deixando bem vincado que «as pessoas devem opinar com base na verdade e não naquilo que lhes dá jeito politicamente».

Em 2006, a CMP dedicou à Cultura 4,7% do seu Orçamento e, em 2007, vai dedicar-lhe 4,8%, ou seja, a despesa quebra em 10%, mas esse decréscimo, no que àquele sector diz respeito, apenas se reflecte em 8%. Em termos orçamentais, o peso relativo que a autarquia dedica à Cultura não só não decresce, como, inclusive, aumenta ligeiramente.

Por outro lado, a redução de 8% de 2006 para 2007 não significa, na prática, qualquer corte, uma vez que esses 8% representam a parte da poupança decorrente da alteração da gestão do Teatro Municipal do Rivoli, que já é possível projectar para 2007.

No Orçamento para 2008, como o Rivoli não vai encerrar, bem pelo contrário, aparecerá já reflectida a poupança total decorrente da privatização da gestão daquela estrutura, o que - na análise do Presidente da CMP - significa que não existe qualquer corte na Cultura.

Segundo os dados revelados por Rui Rio, a CMP dedicou, em termos proporcionais, mais verbas à Cultura do que o Orçamento de Estado.

Em 2007, a CMP vai dedicar mais à Cultura do que o Orçamento da Ministra Isabel Pires de Lima, concretamente 27.400 euros por dia (5.500 contos)

Em termos relativos, a CMP atribui à Cultura uma dotação 10 vezes superior à do Estado Central.

A dotação orçamental para o próximo ano inclui as bibliotecas municipais, Arquivo Histórico e Museus.

A nível de prioridades, a autarquia continuará a apostar em protocolos de colaboração com instituições consideradas estratégicas para a cidade, em vez de entregar o dinheiro dos contribuintes a eventos que não têm público.

Como principais eixos estratégicos da política cultural da CMP, destacam-se a Casa da Música, Serralves e o Coliseu do Porto. Quanto ao Teatro do

Campo Alegre, há que tentar dar-lhe uma nova vida, embora neste caso concreto exista a herança de um contrato a 15 anos, que, do ponto de vista democrático, não é aceitável ter sido feito no passado. Foi tempo a mais.

«Relativamente ao Orçamento da Câmara do Porto, a senhora Ministra da Cultura deveria informar-se primeiro e falar depois, sob pena de dizer o que não sabe e tirar conclusões comiceiras», sustentou o autarca.

Rui Rio apelou ainda à necessidade de discutir este tipo de questões com seriedade e não segundo pressupostos errados, independentemente da legitimidade das divergências que se possam ter em relação à política cultural da CMP, a qual - na sua óptica - não deve ser reduzida a subsídios a fundo perdido.

«Fazer isso é passar um atestado de menoridade à própria política cultural, tenha ela uma dimensão local ou nacional», concluiu.

“JN” continua a mentir e a obrigar a Câmara a fazer desmentidos

Na passada segunda-feira, o Vereador Gonçalo Gonçalves, na qualidade de Presidente da empresa PortoLazer, viu-se na obrigação de ter de desmentir o JN por causa de uma manchete onde se afirmava que a empresa impunha o silêncio aos funcionários. Trata-se de uma manchete difamatória, porquanto a PortoLazer limitou-se, a aplicar o art.º 121 do Código de Trabalho, artigo que as próprias empresas do Grupo do JN também aplicam, directa ou indirectamente, já que o Código de Trabalho é para todos.

Entretanto, o JN já anunciou, mais uma vez, que se recusa a publicar o desmentido. Nos termos da lei, a Câmara do Porto recorrerá à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que tem vindo a condenar sucessivamente o jornal.

Na edição de ontem, 15 de Novembro, o JN deu voz a um arquitecto de Lisboa que fez obras ilegais para, através de uma mentira, poder fazer uma manchete igualmente difamatória e prejudicial para o município e para a cidade, que mereceu um desmentido do Vereador do Urbanismo, Lino Ferreira.

Seguindo a mesma lógica, muito provavelmente, o JN voltará a recusar a sua publicação e irá, por consequência, ter de ser obrigado a fazê-lo coercivamente. – **Gab. Imp. CM Porto**



Notícias de Santarém

A CPD do PSD acusa Governo de prejudicar o Distrito com a redução dos investimentos para 2007

O PSD de Santarém criticou, no princípio da semana passada, o programa de investimentos do Governo para 2007, afirmando que a proposta prejudica o distrito por reduzir verbas a atribuir aos municípios.

O presidente da distrital de Santarém do PSD, Vasco Cunha, afirmou à Lusa que após uma avaliação do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2007 e das transferências directas do orçamento de Estado para os municípios e para as freguesias se pode concluir que “o distrito sai fortemente prejudicado”.

Relativamente aos investimentos do Governo, o PSD considera que o distrito “é contemplado com o pior PIDDAC dos últimos sete anos”, quando analisada a evolução dos montantes a receber.

“Para 2007 recebemos quase 59 milhões de euros a menos do que em 2006”, afirma o PSD num comunicado hoje divulgado.

“O investimento público está a reduzir-se de ano para ano”, sendo Santarém o sexto distrito do país que mais perde em comparação com o ano passado, afirma a distrital do PSD.

Para os sociais-democratas, “as grandes desilusões” são as verbas previstas para Santarém, onde dos 10 milhões de euros a serem atribuídos, sete são destinados às obras de beneficiação e recuperação da ponte de S. Luís e ao pagamento da ponte sobre o Tejo.

Nas previsões para Tomar, 19 dos 21 milhões são, segundo o PSD, destinados aos custos de construção do IC9.

Os sociais-democratas dizem ainda que “não está identificado nenhum projecto proposto pela segurança social em qualquer dos 21 concelhos do distrito”, assim como não há informação sobre os investimentos no Centro Hospitalar do Médio Tejo e no Hospital Distrital de Santarém.

Quanto às câmaras municipais, os concelhos de Almeirim, Constância,



Coruche e Mação “não têm previsto qualquer investimento nacional” sendo que “Almeirim e Coruche estão nesta situação há dois anos (2006 e 2007)”, afirmam.

Apesar das transferências para as juntas de freguesia previstas no orçamento de Estado terem um crescimento de 0,2 por cento para 2,3 por cento, o PSD assinala que “há sete concelhos que vão ter freguesias sem qualquer aumento das transferências (Almeirim, Alpiarça, Constância, Coruche, Golegã, Santarém e Sardoal)”. - **Fonte: Lusa**

Notícias de Setúbal

CPD de Setúbal preocupada com as pescas em Sines



A CPD de Setúbal, na sequência da visita de trabalho que fez ao Porto de Pesca no mês passado, dirigiu-se no fim da semana passada à Docapesca de Sines, a entidade

responsável pelo Porto de Pesca daquela cidade, numa carat oficial em que se afirmava:

No passado dia 27 de Outubro, a Comissão Política Distrital de Setúbal

do Partido Social Democrata, numa iniciativa conjunta com a Comissão Política Concelhia do PSD de Sines, deslocou-se ao Porto de Pesca de Sines, para contactar com agentes do sector, tendo como grande objectivo conhecer a realidade local e inteirar-se dos problemas específicos das pescas.

Para além de ter sido unânime o enfoque dado ao problema do asfixiante aumento do preço do combustível, que se tem feito sentir nos últimos tempos, com as consequências devastadoras que tal situação tem provocado no sector, em todo o País, fomos confrontado com outras questões mais específicas do Porto de Pesca de Sines.

Nessa visita, tivemos a oportunidade de constatar in loco, a modernização que tem sido levada a cabo pelos armadores, através de

aquisição de embarcações de última geração, proporcionando melhores condições de trabalho, segurança, higiene e de conservação do pescado no mar.

Não obstante este esforço de modernização que a todos beneficia: desde aos armadores, aos trabalhadores nas embarcações e a população em geral, uma vez que o pescado chega em melhores condições dos barcos, não pudemos deixar de estranhar o facto de existir um problema estrutural que diz respeito à deficiente capacidade de fornecimento de gelo no Porto, situação que se verifica há vários anos e que em determinados períodos, tem prejudicado seriamente a actividade da pesca e a qualidade do peixe. A este propósito, não raras vezes tem faltado gelo no Porto de Pesca, já que



Notícias de Setúbal

os camiões de frio que o vão buscar a Lisboa, muitas vezes não chegam a horas, nem são suficientes para as necessidades sentidas, em especial na época do Verão.

Segundo o que nos foi explicado, tal facto só ocorre, porquanto ainda não foi construída uma nova fábrica de gelo. Esta carência já está diagnosticada há muito tempo, no entanto, os anos têm passado, e ainda não se conseguiu acabar com esta deficiência.

Ano após ano, tem sido alimentada a esperança nos agentes do sector, de que finalmente a nova fábrica vai ser construída, contudo, essas esperanças, têm sido sistematicamente frustradas.

Considerando que uma das funções primordiais dos partidos políticos é o de tentar perceber a realidade e posteriormente ajudar a encontrar soluções para os mais diversos problemas, e tendo em conta, que este é um assunto que preocupa não só os agentes do sector em Sines, como também a própria população desse Concelho, permitimo-nos solicitar a Vª Exas. a marcação de uma reunião, tão breve quanto possível, para se abordar este problema específico.

Aproveitando a realização da reunião, gostaríamos ainda de abordar a problemática do combustível, uma vez que no caso do Porto de Pesca de Sines, o preço é agravado pelo facto de existir contrato de exclusividade celebrado entre a Docapesca e o fornecedor, originando que se pratiquem nos combustíveis (que por si só já estão tão altos) valores superiores aos outros portos de pesca.

Aguardamos a Vossa resposta, com indicação de uma data em que nos possam receber, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos. – **CPD Setúbal, Bruno Vitorino**

Reabertura do terminal portuário da Siderurgia, em Paio Pires

O Deputado por Setúbal e secretário-Geral Adjunto do PSD, em requerimento dirigido à Presidência da AR, recorda e pede que:

«No âmbito da recuperação e revitalização dos grandes espaços industriais na margem esquerda do Tejo, junto a Lisboa, de que se vem falando há muito tempo, para além da Margueira (ex-Lisnave-Almada) e da Quimiparque (Barreiro), o território da Siderurgia Nacional, na Aldeia de Paio Pires – Seixal, assume neste momento particular relevância.

O Estado (Governo e Município do Seixal) definiu uma ocupação territorial que merece a discordância de várias sensibilidades técnicas e políticas, pois o plano aprovado para aquele local parece ter como pilar principal a arrecadação de receitas pelas duas entidades, sem grande preocupação de encontrar uma

solução sustentada que consiga compatibilizar o ambiente com a actividade das indústrias aí existentes.

No entanto, independentemente do plano, é fundamental para este espaço reactivar a utilização de terminal portuário da antiga Siderurgia Nacional existente na margem esquerda do rio Coia.

Por outro lado, a administração do Porto de Lisboa tem vindo a divulgar diversas intenções no que respeita ao futuro do espaço sob a sua jurisdição, não tendo até ao presente momento assumido qualquer posição relativamente a esta área da ex-Siderurgia Nacional.

Algumas das unidades industriais recebem a matéria-prima através do terminal portuário do Barreiro, sendo depois utilizado o modo rodoviário no transporte desta até à Aldeia de Paio Pires, passando por uma via muito congestionada (EN 10). Como é evidente esta situação provoca todos os prejuízos no âmbito do tráfego

rodoviário e ao nível ambiental.

A dragagem da cala do Rio Coia para permitir a reabertura do terminal portuário da Siderurgia Nacional é um tema recorrente ao longo de vários anos, atravessando várias Administrações Portuárias e vários Governos, mas até agora nada foi feito.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais o deputado abaixo-assinado vem requerer ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1 - Pretende o Governo realizar as obras para permitir a reutilização do terminal portuário da antiga Siderurgia Nacional ?

2 - Que iniciativas já foram concretizadas e as que pretende realizar num futuro próximo?

3 - Tem o Governo alguma data prevista para o início da actividade portuária nesse local? - **Luis Filipe Rodrigues**



Notícias de Viseu

A Câmara aprova este mês o PDM, que prevê uma circular periférica ao Concelho

O novo Plano Director Municipal (PDM) de Viseu, que prevê a construção de uma circular periférica a todo o Concelho, deverá ser aprovado pelo executivo camarário no final do mês, anunciou hoje o presidente da autarquia, Fernando Ruas.

Na reunião mensal que realizou com os presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, o autarca social-democrata avançou que o documento vai ser levado à próxima reunião aberta ao público da Câmara, a realizar dia 30, e depois à Assembleia Municipal, até ao final do ano.

Ainda na semana passada, os vereadores do PS na Câmara de Viseu tinham criticado a “total paralisação” do PDM e acusado a maioria PSD de dar “a entender que a revisão já era uma realidade”.

“A partir de agora, ficam todos a saber que o problema é exterior à Câmara. Não nos venham dizer que a culpa (dos atrasos) é nossa”, afirmou Fernando Ruas, frisando que “fica provado que há muito trabalho feito e que aquilo que se disse foi política pura, e pura demagogia”.

No final da reunião, o autarca explicou aos jornalistas que o documento prevê a construção de uma circular “definida pela parte exterior do concelho, que fica como elemento de planeamento”, ainda que não faça uma ideia de quando poderá vir a ser uma realidade.

Depois das duas circulares da cidade de Viseu, Fernando Ruas considera esta circular periférica ao concelho, fundamental à “articulação e homogeneidade das freguesias” e também como forma de “amarrar a expansão urbana”.

Segundo Fernando Ruas, a proposta do novo PDM, que contou com 863 reclamações de particulares durante os cinco anos que já leva o processo de revisão, faz “uma reformulação das áreas de expansão urbana”.

“Eu sempre disse que rever o PDM não era transferir tudo para zona de expansão urbana”, lembrou, sublinhando que o actual PDM já permite que a população cresça em 250.000 pessoas.

“Não há falta de espaços urbanos. Eles não estão distribuídos da forma mais eficaz e essa revisão é para dar resposta a isso”, esclareceu.

Depois de aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal, será feito à Comissão Mista de Acompanhamento o pedido de desafectação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Fernando Ruas lembrou que, ainda recentemente, na condição de presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, pediu ao Governo que agilizasse os processos de revisão dos PDM, que, em média, demoram sete anos.

Na última semana, os vereadores socialistas tinham afirmado, ante a maioria PSD, que, devido a este atraso, o município poderia vir a ser prejudicado no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), antigo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), porque é o PDM que define o modelo de desenvolvimento económico-social.

Fernando Ruas criticou essa relação, feita pelos socialistas entre o QREN e o PDM e aludiu a uma história que lhe foi contada sobre uma rapariga alentejana, que foi uma vez a Lisboa e ouviu a palavra portátil, que não conhecia, e quando regressou à aldeia fez questão de a usar na primeira oportunidade.

“Começou a chover e ela disse que a chuva era muito portátil. Vejo gente a falar do QREN que está precisamente na mesma situação da jovem alentejana. Não sabe do que está a falar”, ironizou - **Lusa**.

Da Holanda

Cônsul de Portugal em Roterdão vai ser substituído

O cônsul de Portugal em Roterdão, Óscar Ribeiro Filipe, vai ser substituído, revelou esta quarta-feira uma fonte da comunidade portuguesa na Holanda.

Contactado o secretário de Estado das Comunidades, António Braga, confirmou a substituição do cônsul, adiantando que essa «medida já estava prevista».

O titular da pasta da Emigração explicou que a substituição se deve «à necessidade de resolver alguns constrangimentos que se faziam sentir na acção consular».

António Braga adiantou que Óscar Ribeiro Filipe vai ser substituído por Vítor Sereno, que até agora estava à frente do Consulado de Portugal em Estugarda

(Alemanha). «Vítor Sereno vai fazer uma comissão de serviço a Roterdão», sublinhou.

Da França

Governo de Lisboa tira seis funcionários à coordenação do ensino do Português

O ministério da Educação não renovou o contrato de seis funcionários da coordenação do ensino da língua portuguesa em França, o que deixou a estrutura desfalcada, notícia a última edição do «Luso-Jornal».

O sistema de coordenação do ensino funciona agora apenas com quatro pessoas, activos do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, número manifestamente insuficiente, sustenta a coordenadora, Gertrudes Amaro.

De fora estão, então também dois funcionários adjuntos, que Gertrudes Amaro afirmou ao jornal estarem contido em vias de ser contratados, duas funcionárias administrativas anteriormente com contrato de avença e dois professores de apoio, colocados no ano anterior em Paris e Lyon.

«Apesar da falta de funcionários, estamos a fazer todos os possíveis para que os serviços não sejam penalizados; e temos garantido as actividades que tínhamos previsto», garante, Gertrudes Amaro.

A situação estará relacionada com a transição da tutela do ensino de português no estrangeiro para o Instituto de Camões, processo ainda em fase de consolidação, pautado pela necessidade de refundar o instituto, lembra a coordenadora.

Apoio estatal à Caixa dos Jornalistas acaba no fim do ano corrente

O apoio que o ministério da Saúde dá a alguns subsistemas vai terminar em Janeiro do próximo ano, conforme previsto no Orçamento de Estado (OE).

A garantia foi dada pelo secretário de Estado da saúde, Francisco Ramos, à saída de uma comissão do respectivo ministério na Assembleia da República. «A disposição do Orçamento de Estado diz que a partir de Janeiro de 2007, os subsistemas de providência que ainda têm financiamentos públicos na saúde, devem deixar de o ter», afirmou.

Questionado sobre que profissionais serão penalizados com essa medida, o responsável respondeu que seriam os jornalistas.

Ainda interrogado sobre se seriam estes os únicos, o secretário de Estado disse que eram «os mais relevantes».

Quanto à PT e ao SAMS (dos bancários), o mesmo afirmou que com esses «há um protocolo que só termina em Dezembro de 2008 e que não se trata desse tipo de apoio público». Mesmo assim, admitiu que «pode haver alterações» neste caso, mas que não estão inscritas no Orçamento.

O Boletim «Encontro das Comunidades Portuguesas» está a prestar a entrar no seu 5º ano

Foi a 27 de Novembro de 2003 que o nosso “Boletim Interno” para as Comunidades Portuguesas do PSD, nasceu por proposta do nosso companheiro e hoje deputado, Carlos Gonçalves, com base numa ideia do também nosso companheiro e conselheiro nacional, António Francisco Dias da Costa, da Suíça. Vai ser já em 2007 e agradecemos encarecidamente o apoio de todos e que de todos temos recebido! – **Do Boletim n.º 229. “Ao encontro das Sociedades Portuguesas”**

Os nossos leitores começam a corresponder ao convite, que fazemos na página de abertura da nossa edição electrónica, para se dirigirem ao nosso Director, com total liberdade de temas escolhidos, expõem as suas opiniões ou trazendo-nos notícias de interesse local ou do nosso Partido.

Como é curial, lembramos a todos que o “Povo Livre” se reserva o direito de não-publicação ou de resumo dos textos recebidos, por motivos de espaço disponível ou de correcção e contenção verbais dos mesmos, de acordo com a Lei de Imprensa.

17-11-06: “Demagogia na abordagem governamental na questão do desemprego”

Senhor Director do «Povo Livre»:

Perante as exuberantes reacções do Governo /.../ em relação à diminuição da taxa de desemprego no País, não posso deixar de tomar uma posição muito crítica em relação à demagogia como a questão está ser abordada e à passividade argumental da oposição em relação ao assunto.

Na verdade, esta diminuição, se fosse real, só poderia ser um bom indicador de uma eventual recuperação económica e social do país.

Todavia, a realidade é que esta redução é feita à custa de um substancial aumento da emigração de portugueses para os mais diversos países, com números que se aproximaram, no último ano, da centena de milhar!

Ora, perante esta triste evidência, só se pede ao Governo que tenha algum decoro e que se esforce para criar condições de vida e de trabalho dignas em Portugal evitando que os seus cidadãos, mais uma vez, tenham de procurar algures aquilo que legitimamente deveriam encontrar no seu país. – **Rui Dias da Costa**

19-11-06: Ainda a falácia do Governo sobre a diminuição do desemprego

Senhor Director do «Povo Livre»:

Apesar de já lhe ter enviado um pequeno texto sobre esta questão, não posso deixar de retomar o assunto e pedir-lhe um pouco mais de espaço, face a artigo publicado sobre o tema, na página 19 da edição de 17 de Novembro p.p. do «Jornal de Negócios», assinado por RM.

O artigo em causa, intitulado «Estatísticas – Desemprego cai pela primeira vez desde 2001», refere, entre outras coisas, que a taxa de desemprego se situa actualmente em 7,4%, tendo sofrido uma queda de 0,3% no terceiro trimestre de 2006 face a período homólogo do ano passado e que, em números globais, os desempregados em Portugal, no fim do mês de Setembro, seriam 417.400, menos 12.500 do que no mesmo período de 2005.

Não ponho em causa o desejo do Governo em fazer baixar os índices de desemprego mas do desejo à realidade vai uma longa e penosa distância.

Os dados que têm vindo a ser publicados, sem uma apreciação crítica da comunicação social ou contestação dos Partidos da Oposição – incluindo o nosso - seriam auspiciosos se correspondessem à tal realidade mas, infelizmente, estamos perante uma manipulação grosseira de números e percentagens, para não lhe chamar uma tremenda mistificação a que o Senhor Primeiro Ministro dá cobertura ao afirmar que «...a economia portuguesa está a vencer passo a passo a batalha do desemprego».

Convirá recordar que um recente relatório da OCDE revela que Portugal voltou a ser um país de emigrantes estimando um reputado investigador da sociologia das migrações que saem anualmente do país, em média, cerca de 60.000 cidadãos, embora a livre circulação em países da União Europeia não permita obter um número rigoroso que pode inclusivamente ser bastante mais numeroso.

Ora, este Governo, como outros, continua a considerar que cada português que emigra é menos um problema para o país com vantagens crescidas através de eventuais remessas financeiras, no investimento directo e indirecto, na exportação, nomeadamente de produtos alimentares e, como se vê, para atenuar substancialmente os índices de desemprego em Portugal.

Admitindo que estão a emigrar anualmente «apenas» 60.000 cidadãos pode concluir-se que correspondem a 14% do total actual de desempregados no país!!!

E se eles não emigrassem, qual seria realmente a taxa de desemprego em Portugal?

Perante esta breve constatação recomenda-se ao Governo que:

- Tudo faça para manter os seus cidadãos em Portugal criando-lhes condições dignas para viver e trabalhar evitando regressar a um passado recente em que centenas de milhar de portugueses tiveram de bandar outros países para procurar aquilo que no seu não tinham hipóteses de alcançar.

- Que seja sério e rigoroso na análise e na interpretação das estatísticas, evitando a propaganda pela propaganda. – **Rui Dias da Costa**

Convenção Autárquica Distrital da JSD de Coimbra

Realizou-se no passado fim-de-semana, dias 11 e 12 de Novembro, no Hotel S. Gens, em Arganil, a Convenção Autárquica Distrital 2006 da JSD de Coimbra.

Esta foi uma iniciativa vocacionada para a formação e juntou autarcas e dirigentes da JSD do Distrito de Coimbra.

A Convenção Autárquica Distrital 2006, iniciou-se no Sábado, dia 11, com a recepção e a credenciação dos participantes. A Sessão de Abertura começou pelas 15h45m, com as intervenções do Presidente da CPD da JSD de Coimbra, Paulo Leitão e com a declaração de boas vindas por parte do Presidente da CPS da JSD de Arganil, Luís Almeida.

De seguida, deu-se início ao Painel 1 – “Os Novos Desafios do Poder Local”, cujo orador foi o Eng.º Ricardo Pereira Alves, Presidente da CM de Arganil, que chamou a atenção para as novas questões emergentes, em termos da gestão dos municípios, e deu uma breve explanação da sua actividade, fazendo um balanço do seu primeiro ano de mandato.

Após um pequeno intervalo, teve lugar pelas 18h00m o Painel 2 – “Níveis de Decisão: O Poder Central e o Poder Local” com a presença do Dr.

Carlos Encarnação, Presidente da CM de Coimbra, que falou das relações entre poder central e poder local, e das transformações que se têm verificado no relacionamento entre os dois níveis de exercício do poder. Salientou, ainda, a pesada carga burocrática da administração pública portuguesa e deu exemplos decorrentes da sua experiência enquanto governante e enquanto autarca.

O terceiro painel do dia, Painel 3 – Jantar-Conferência – “Lei das Finanças Locais”, iniciou-se pelas 20h30m, no restaurante “Montalto” e contou com a intervenção da Dr.ª Manuela Ferreira Leite, Presidente da AM de Arganil, na qual elogiou os princípios da Lei das Finanças Locais em discussão, mas criticou severamente a rigidez e a dureza de muitas medidas concretas que a lei prevê,



lamentado a falta coerência do Partido Socialista que criticou fortemente a Lei que apresentou quando era Ministra das Finanças e agora que são governo, apresentam uma Lei ainda mais restritiva e penalizadora para os municípios.

O dia de Sábado encerrou-se com uma festa de convívio entre os participantes, organizada pela CPS da JSD de Arganil.

No Domingo, dia 12, os trabalhos recomeçaram pelas 11h00m, com o Painel 4 – “O papel das Juntas de Freguesia no contexto do Poder Local” que teve como oradores os Presidentes de Junta de Freguesia do Distrito de Coimbra da JSD, Mauro Carpinteiro (Presidente da JF de Lorvão - Penacova), Paulo Amaral (Presidente da JF de Anceriz - Arganil), Hélio Paulino (Presidente da JF de S. Paulo de Frades - Coimbra).

Com este painel pretendeu-se dar a conhecer aos participantes o papel desenvolvido pelos Presidentes de Junta de Freguesia, tendo os três intervenientes dado os seus testemunhos pessoais das funções autárquicas que desempenham, ficando bem patente a importância da sua acção, estando em maior proximidade com as populações.

Pelas 13h30m teve lugar o almoço de encerramento, que contou com a presença, entre outros convidados, do Presidente da CPN da JSD, Daniel Fangueiro, do Presidente da CPD de Coimbra do PSD, Jaime Soares e do Presidente da CM de Arganil, Ricardo Pereira Alves.

A CPD da JSD de Coimbra faz um balanço francamente positivo desta iniciativa, destacando o elevado número de participantes e o interesse e empenho demonstrado ao longo dos dois dias, pretendendo fixar esta iniciativa no calendário de actividades a promover para os próximos anos.



CPD-JSD Braga emite comunicado:

Orçamento de Estado de 2007 para o Ensino Superior

Apresentada de OE para 2007, confirmaram-se os nossos piores receios. O Ensino Superior recebe novamente cortes drásticos.

Num ano em que se está a implementar Bolonha, e que se devem introduzir as reformas que o Processo de Bolonha deveria implicar, as Universidades sofrem cortes orçamentais (8,2% comparativamente a 2006) que põe claramente em causa o funcionamento das instituições. Ou seja, admitindo que possibilita o pagamento de salários aos funcionários bem como despesas fixas inerentes ao funcionamento mínimo das Universidades, consequentemente trará prejuízos a outros níveis que deveriam ser colmatados com a adesão a Bolonha, tais como: formação e preparação do corpo docente para o plano de Bolonha, reforço de actividades de iniciação à investigação, reestruturação de espaços de laboratórios e espaços de aula com uma diminuição do número de alunos por professor, etc.

Paralelamente às Universidades, os politécnicos também sofrem cortes inaceitáveis na ordem dos 6,1%. Tendo em conta um decréscimo no financiamento e concomitantemente uma diminuição do número de alunos, como vão os Politécnicos manter as portas abertas e desempenhar o importante papel de “produção” de Ciência e Tecnologia?! Aliás, como já é sabido, este corte retira capacidade financeira aos institutos, onde inclusivamente o orçamento não chega para pagar ordenados nalguns Politécnicos.

Não podemos também ignorar a exigência por parte das entidades europeias

da criação da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, medida que por teimosia do governo foi sucessivamente relevada para 2º plano, e que agora apenas peca por tardia, no sentido em que por exemplo, temos na Universidade do Minho laboratórios e condições que não são contabilizadas para a avaliação de cursos devido à falta de avaliação e acreditação. Esperamos, portanto, que não volte a acontecer o sucedido com o curso de Engenharia Civil, aquando a sua transição para o plano de Bolonha.

Aquilo que este governo estará provavelmente a pensar, será inédito mas indesejável, que é uma Bolonha à Portuguesa!

A Comissão Política Distrital de Braga, não aceita a propaganda enganosa que paira na opinião pública de que a Ciência aumentou 64%. A Ciência terá aumentado (por força do MIT), mas o Ministério é da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e o Ensino Superior desceu como nunca tinha descido.

A questão do financiamento do Ensino Superior não pode ser equacionada como um mero problema conjuntural, é pois um problema de estrutura, estrutural, de prioridade política inclusivamente.

Enquanto este governo não perceber que uma aposta séria na Educação é uma aposta séria e credível no futuro de Portugal, continuaremos a ter cortes na Educação, e um discurso verdadeiramente demagógico de que a implementação de Bolonha decorre com normalidade.

Comissão Política Distrital de Braga

JSD Póvoa de Varzim promove “Quinta das Ideias”



Na passada noite de sexta-feira, decorreu na sede concelhia do PSD – Póvoa de Varzim, a segunda edição da “Quinta das Ideias”. Esta actividade organizada pela JSD – Póvoa de Varzim, aberta também à população em geral, consiste em palestras e debates sobre diversos temas de interesse para a juventude e a sociedade em geral e decorrerá com uma periodicidade mensal.

Esta segunda “Quinta das Ideias”

teve como tema “Desenvolvimento sustentável” e como orador a JSD convidou **Luís Castanheira**, Licenciado e Mestre em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, na área científica dos Sistemas Eléctricos de Energia, desenvolve actualmente estudos de Doutoramento na mesma área científica, na Universidade de Strathclyde, em Glasgow. É também docente do Instituto Superior de

Engenharia do Porto, onde é responsável pela disciplina de Energia e Desenvolvimento Sustentável e Director Delegado da Energia - Agência Municipal de Energia de Gaia.”

Luís Castanheira começou a sua preleção abordando os três vectores essenciais para que exista um desenvolvimento sustentável: o ambiente, a sociedade e a economia. O desenvolvimento só é e será sustentável se respeitar estes três pressupostos.

Foi feita uma abordagem às energias e ao consumo e apontou o site: <http://www.pegadaecologica.siteonline.com.br/>, onde podemos calcular a nossa pegada ecológica, ou seja que tipo de consumo energético e preocupação ecológica temos.

Referiu que as energias renováveis fornecem mais postos de trabalho logo são melhores para a sociedade, são amigas do ambiente e são economicamente viáveis, uma empresa que vise um desenvolvimento sustentável, deve proporcionar boas condições de trabalho, o que torna as empresas melhores para se trabalhar, com colaboradores mais competentes, interessados, dedicados e mais

rentáveis logo melhoram o nível social e económico ao mesmo tempo que produzem com melhor qualidade e utilizando menos recursos (meio ambiente). Como exemplo apontou a Renault, que já faz carros com materiais reciclados e frisou a atenção que cada vez um maior número de empresas dedica à problemática ambiental.

Luís Castanheira afirmou que “temos que ter consciência da poupança de energia, até porque neste momento Portugal importa cerca de 95 % da energia que consome o que traz grandes problemas para a nossa economia e para a sua competitividade”.

Salientou que estamos rodeados de energia, por exemplo, as nossas próprias roupas são feitas de energia e temos que aumentar os nossos hábitos de poupança. Para Luís Castanheira “o consumidor tem que sentir o preço real daquilo que consome para que se consciencialize dos custos da sua utilização, nomeadamente na electricidade, água e outros bens essenciais mas escassos”.

Decorreu depois um debate bastante participado pelo público, o que demonstra o sucesso de mais esta iniciativa da JSD da Póvoa de Varzim.



CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se um Plenário Concelhio da Secção de Cadaval do Partido Social Democrata, para reunir no dia 22 de Dezembro de 2006, pelas 15h00, na sede Concelhia do Partido Social Democrata, sita com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: A eleição decorrerá das 20h00 às 23h00 do dia 22 de Dezembro de 2006, na sede concelhia do PSD, sita na Rua D.Fernando, nº 12 – Cadaval.

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da Mesa da Assembleia da Secção de Cadaval até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para uma reunião a realizar no próximo dia 11 de Dezembro de 2006, pelas 21h00, na sede concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Revisão do Programa do Partido

DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais do PSD, convocam-se todos os militantes do Distrito de Viana do Castelo, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 19 DE Janeiro de 2007, sexta-feira, entre as 18h00 e as 22h00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

- a) Mesa da Assembleia Distrital;
- b) Comissão Permanente Distrital;
- c) Conselho de Jurisdição Distrital;
- d) Delegados à Assembleia Distrital.

Locais de votação:

Arcos de Valdevez – sede concelhia – Rua Nunes de Azevedo, Cave, CC Norte Vez.

Caminha – sede concelhia - Rua

da Corredoura, 22

Melgaço – sede concelhia - Rua da Calçada

Monção - sede concelhia - Rua Dr Luís Dias

Paredes de Coura - sede concelhia - Rua 25 de Abril

Ponte da Barca - sede concelhia - Rua Condes da Folgosa

Ponte de Lima - sede concelhia - Praceta Vieira Araújo

Valença - sede concelhia - Rua de Valflores - Edf Palácio de Cristal - Sala 65

Viana do Castelo – Rua Grande, nº 30 – 1º dto

Vila Nova de Cerveira - sede concelhia - Largo 16 de Fevereiro

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 até às 22h00.

Para efeitos de recepção de candidaturas à Mesa da Assembleia, Comissão Permanente Distrital e Conselho de Jurisdição Distrital, a sede Distrital do PSD, sita na Rua Grande, nº 30 1º dto, encontrar-se-á aberta até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para efeitos de recepção da Candidatura a Delegados da Assembleia Distrital, as sedes concelhias encontrar-se-ão abertas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para constarem nos cadernos eleitorais os militantes deverão pagar as suas quotas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Lourinhã, para reunir no próximo dia 22 de Dezembro de 2006 (sexta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Urbanização do Parque Desportivo, lote 27 cave, na Lourinhã, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede concelhia aberta para o efeito naquele dia das 21h00 às 24h00.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murtosa para reunir, no próximo dia 30 de Novembro de 2006, quinta-feira, pelas 21h00, no Salão da Junta de Freguesia do Monte, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária Local;
2. Análise da situação Político-partidária Distrital (apresentação das listas candidatas aos órgãos distritais);
3. Análise da situação Político-partidária Nacional;
4. Outros assuntos de interesse.

NÚCLEO DE CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Núcleo, para reunir no dia 7 de Janeiro de 2007, pelas 17h00, na Sede do Núcleo, Estrada da Outurela, 135, piso E, nº 23, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00

As listas deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Comissão Política ou a quem o substitua.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD de Oeiras para a Assembleia de Secção no dia 18 de Janeiro de 2007, na sede do PSD, Largo do Avião Lusitânia, nº 15 às 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 19h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, encontrando-se a sede concelhia aberta para o presente efeito, naquele dia entre as 21h30 e as 24h00.

SECÇÃO H

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção H de Lisboa do PSD, para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 4 de Dezembro de 2006, segunda-feira, pelas 21h00, na sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, lote nº

21-A s/C, em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.



COORDENADORA NACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Académico Distrital da JSD de Braga, para reunir no próximo dia 22 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas, na Sede Distrital do PSD de Braga, sita na Rua Santa Margarida, 2 A – 2.º, em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Comissão Académica Distrital da Juventude Social Democrata de Braga;

2 – Apresentação e aprovação de propostas de equipa da Coordenadora Académica Distrital da JSD de Braga.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital do PSD de Braga, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 – As urnas estarão abertas das 15h00 às 17 horas.

O Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD
(Carlos Franco)

CONSELHO DISTRICTAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Viseu, a reunir no próximo dia 23 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na Sede do PSD Distrital em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política Distrital e da Mesa do Conselho Distrital.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 17 horas;

As listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos (até às 24 horas de terceiro dia anterior ao acto



eleitoral), na Sede Distrital do PSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Eduardo Chaves)

D – LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD da Secção D de Lisboa para uma Assembleia de Sessão Temática, a realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esquerdo, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Debate temático no âmbito do Ciclo “JSD e Políticas Fracturantes”, sobre Interrupção Voluntária da Gravidez.

A Presidente da Mesa
(Filipa Ferreira)

FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ferreira do Zêzere, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 6 de Janeiro de 2007, pelas 17 horas na Sede do PSD, na Rua Francisco Sá

Carneiro, n.º 20, em Ferreira do Zêzere, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política da JSD de Ferreira do Zêzere, Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Ferreira do Zêzere.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Ferreira do Zêzere.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30.

A Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém

(Assinatura Ilegível)

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do regulamento eleitoral para os órgãos locais da JSD, o Plenário de Secção da JSD de Guimarães, para reunir, no dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21h30, na Sede do PSD de Guimarães, sita no Largo do Toural, n.º 125, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política e da Actividade da CPS.

O Presidente da Mesa
(Rui Armindo Freitas)

NÚCLEO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, a Mesa de Assembleia convoca o plenário de Núcleo da JSD da Universidade Lusíada do Porto, para uma reunião a realizar no dia 22 de Dezembro de 2006, pelas 16h00, na Universidade Lusíada do Porto, sita na Rua Lopo de Carvalho – sala G2, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições da Mesa e da Direcção do N.E.S.D.U.L.P.

Notas:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

As urnas encontram-se abertas das 16 às 18 horas.

O Presidente da Mesa
(Pedro Carvalho Ruas)

PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD da Pampilhosa da Serra, para reunir no próximo dia 23 de Dezembro de 2006, pelas 16h30, na Sede do PSD, sita na Rua dos Lobatos, s/nº, na Pampilhosa da Serra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD da Pampilhosa da Serra.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado na Sede Distrital do PSD de Coimbra, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra ou aquém estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas entre as 17 e as 20 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Ricardo Miguel Freire Lopes)